

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FERNANDA NOGAS ARAUJO

**O PAPEL DO JORNALISMO NA QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS
PUBLICAÇÕES SOBRE O LIXÃO DO EMBOCUÍ, EM PARANAGUÁ (PR)**

CURITIBA
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FERNANDA NOGAS ARAUJO

**O PAPEL DO JORNALISMO NA QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS
PUBLICAÇÕES SOBRE O LIXÃO DO EMBOCUÍ, EM PARANAGUÁ (PR)**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Rodney Caetano

CURITIBA
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FERNANDA NOGAS ARAUJO

**O PAPEL DO JORNALISMO NA QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS
PUBLICAÇÕES SOBRE O LIXÃO DO EMBOCUÍ, EM PARANAGUÁ (PR)**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Rodney Caetano

BANCA EXAMINADORA:

Rodney Caetano (orientador)

Myrian Del Vecchio de Lima

Rosana Scaramella

À Ana Laura de Araujo, Daniel Bronzatti e todos que tiveram seu tempo comigo roubado (e precisaram multiplicar sua paciência) enquanto esta monografia se transformava em realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram com a presente monografia, seja com informações, orientações ou permitindo-me conhecer essa realidade tão diferente da minha (a do Embocuí).

Agradeço a Deus e a todos os protetores que me guiaram até esse momento.

RESUMO

A presente monografia destina-se a pesquisar o papel do jornalismo na questão ambiental, fazendo uma análise das publicações sobre o lixão do Embocuí, em Paranaguá (PR), Brasil, veiculadas na Internet por portais dos grandes jornais e Órgãos Públicos do Estado envolvidos com a questão ambiental, e nos principais jornais impressos paranaenses nos últimos 10 anos. Toda a fundamentação teórica aqui abordada serviu para avaliar as matérias e responder questões como: *De que forma o tema é abordado? Que informações chegam ao público leitor e qual o aprofundamento sobre elas? O que o jornalismo poderia fazer para contribuir para dar visibilidade adequada ao tema?*

Palavras-chave: jornalismo, meio ambiente, impresso, Internet, lixo, análise, *agenda-setting*, *newsmaking*, Lixão, Embocuí, Paranaguá, Paraná, Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 - Objetivo geral.....	12
1.2.2 - Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 METODOLOGIA.....	14
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	19
2.1 - IMPRENSA.....	19
2.1.1 - Dos tipos móveis à Internet.....	19
2.1.2 - A imprensa no Brasil.....	20
2.1.3 - O cenário no Paraná.....	28
2.1.4 - Em pontas opostas? Uma análise sobre o jornal e a Internet.....	33
2.2 - HIPÓTESES SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA SOCIEDADE: MODELO E TEORIAS DE COMUNICAÇÃO.....	34
2.2.1 - Modelo semiótico.....	35
2.2.2 - Teorias: dos primeiros estudos ao <i>newsmaking</i>	35
2.3 - A FORMAÇÃO DA NOTÍCIA.....	40
2.4 - JORNALISMO ESPECIALIZADO.....	41
2.4.1 - O jornalismo ambiental.....	42
3 MEIO AMBIENTE.....	48
3.1 - A ERA DO DESCARTÁVEL E A QUESTÃO DO LIXO NAS GRANDES CIDADES.....	48
3.2 - O DESTINO DO LIXO – ATERROS E LIXÕES.....	50
3.3 - DE LIXO À MATÉRIA-PRIMA: O PAPEL DO CATADOR.....	54
3.4 - O LIXÃO DO EMBOCUÍ EM PARANAGUÁ (PR).....	56
3.4.1 - A cidade.....	56
3.4.2 - O lixão.....	57

4 O EMBOCUÍ NA IMPRENSA PARANAENSE – ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES EM JORNAIS LOCAIS E INTERNET.....	61
4.1 - MEIO IMPRESSO.....	62
4.1.1 - Periodicidade.....	63
4.1.2 - Cobertura.....	65
4.1.3 - Características inerentes ao meio.....	66
4.1.4 - Fontes.....	68
4.2 - MEIO ELETRÔNICO.....	72
4.2.1 - Periodicidade e cobertura.....	74
4.2.2 - Características do meio Internet.....	76
4.2.3 - Diversidade das fontes.....	78
4.3 – RESULTADO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E ABORDAGEM: AS FALHAS ENCONTRADAS.....	84
5 CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS I - Fotos.....	98

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo lixão do Embocuí partiu de uma experiência pessoal. Em 2004, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o lixão, as famílias que lá vivem e as condições ambientais do lugar. Na ocasião, eu fazia parte do núcleo de produção de documentários do Projeto Olho Vivo – espaço de fomento de produção audiovisual de cunho social, em Curitiba (PR). Participando do grupo desde 2003, tive a oportunidade de realizar dois filmes: o primeiro deles sobre a Vila das Torres (favela localizada na região central da cidade) e outro sobre questões raciais em Curitiba.

Ambos despertaram em mim um olhar mais analítico em relação a diferentes realidades sociais, econômicas e ambientais, e me fizeram refletir sobre qual deveria ser o papel dos meios de comunicação frente a elas.

Em 2004, a iminência da criação de uma cooperativa entre os catadores do lixão do Embocuí, em Paranaguá (cidade do litoral do Paraná), abriu espaço para que o Projeto Olho Vivo – do qual eu fazia parte – se aproximasse desta comunidade. O objetivo era registrar em documentário a articulação de sua população para a criação de uma cooperativa, ver como ela melhoraria as condições de trabalho e renda dos catadores e buscar os reflexos dela nas condições ambientais do lugar. Fomos ao lixão diversas vezes por cerca de dois meses, tive a oportunidade de conhecer famílias inteiras, entrevistar pessoas, caminhar alguns bons quilômetros sobre montes de lixo e observar a dinâmica desta que é a ponta final do ciclo de consumo: o lixo – que, coletado, se transforma em matéria-prima e volta para a cadeia de produção.

Pouco tempo depois, a intenção de produzir o documentário ali foi abandonada. A idéia de criação da cooperativa havia se desfeito por uma série de desentendimentos entre os próprios catadores. Meses depois, também deixei o Projeto Olho Vivo.

A impressão sobre as condições do Embocuí, porém, insistia em voltar à minha mente. Havia uma vontade crescente de saber mais sobre o lugar. Um tempo depois, busquei informações como faz a maioria dos cidadãos comuns: na Internet e na principal biblioteca de Curitiba (a Biblioteca Pública do Paraná – BPP). No entanto,

apesar de a questão ambiental – especialmente com a coleta seletiva e a reciclagem – fazer parte da agenda dos meios de comunicação, sobre o lixão encontrei algumas escassas páginas virtuais e, na biblioteca, raras notícias em um arquivo de impressos paranaenses.

A constatação foi que de existe realmente pouca informação disponível sobre este assunto. Uma rápida busca pelas palavras-chave “lixão” e “Embocuí” ou “lixão” e “Paranaguá” na página do buscador Google na Internet aponta algumas notícias. Elas falam da “futura” desativação e transferência do lixão, e mencionam de forma superficial a degradação ambiental, sem fazer uma relação entre esses assuntos e a realidade do leitor – como pode ser visto abaixo como exemplo, em material divulgado pelo *site* da Agência de Notícias do Governo do Paraná, em 7 de julho de 2005:

“O secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, declarou nesta quinta-feira, após a assinatura do convênio com a Petrobrás, que a implantação do aterro sanitário em Paranaguá irá solucionar um dos principais problemas de disposição de lixo do Estado. ‘A solução para o lixão de Paranaguá está próxima. Apesar de nos últimos 30 anos o lixão do Embocuí tenha se mantido como uma ferida aberta é neste governo e sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente que a solução definitiva será dada’, disse o secretário. (...) Cheida explicou que o local onde está localizado o lixão não possui sistema de tratamento de chorume ou impermeabilização do solo. ‘São dois itens essenciais a um depósito de resíduos sólidos ambientalmente correto’, argumentou”. (Agência de Notícias do Estado do Paraná. Endereço: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=12883>. Acesso em: 28/09/2008).

Na análise sobre as matérias publicadas, também encontrei pouca ênfase sobre as pessoas que moravam e sobreviviam do local. Enquanto por anos foi divulgada a criação de um aterro sanitário que colocaria fim ao lixão do Embocuí, os moradores aguardavam sem saber o que lhes cabia neste projeto ou como seria seu futuro quando o aterro se tornasse realidade.

Procurei por várias vezes obter informações sobre o lixão com a prefeitura de Paranaguá, mas em apenas uma houve sucesso. Nesta, ocorrida em junho de 2009, uma engenheira da Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá me informou que o

Embocuí foi “fechado” no fim de 2008 (durante as pesquisas para a realização deste trabalho). O local estaria cercado e não permitiria mais a entrada de catadores. Além disso, estariam sendo construídas no local canaletas para o escoamento do chorume (líquido escuro, contaminante e de odor forte, gerado pela decomposição do lixo). A mesma engenheira – que me passou as informações extra-oficialmente – comunicou que, apesar de “fechado”, o local deve continuar recebendo lixo até que o novo aterro da cidade, que será construído no distrito de Alexandra, fique pronto (o que irá demorar alguns anos). O “fechamento” do Embocuí não foi noticiado pela imprensa.

Após a finalização desta monografia, em julho de 2009, procurei um membro da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná (Suderhsa), para confirmar a situação informada pela engenheira e as condições do Embocuí. Houve uma perícia no local, a pedido do Ministério Público, e as informações que recebi de umas das peritas foram as seguintes: hoje, a área total do lixão é de 48ha, mas somente 30% desta área está sendo usada. Além disso há fiscais no local.

Os resíduos sólidos são depositados a céu aberto e não é feita a cobertura do mesmo com uma camada de terra periodicamente. Em alguns pontos há uma camada de terra misturada ao lixo, o que indica uma cobertura parcial e aleatoriamente definida. Verificou-se nessa vistoria que foi feita uma vala ao redor da área do lixão, na tentativa de formar uma contenção, vala que atualmente ainda está incompleta.

Durante a vistoria também houve um levantamento dos catadores trabalhando no lixão, sendo contadas aproximadamente 30 pessoas – alguns adolescentes.

Mesmo com o fato de o lixão do Embocuí se localizar em uma cidade de importância estratégica para o Estado – inclusive, próxima a regiões de preservação ambiental – e de constituir um problema de saúde pública, não foi encontrada qualquer matéria na imprensa eletrônica ou impressa noticiando o seu fechamento. Também não há informações sobre a atual situação ambiental do lugar e a que riscos ela expõe a população; quais são os projetos e prazos para recuperação da área; onde e como vivem as famílias que tinham o lixão como fonte de renda.

A pouca cobertura sobre a existência do Embocuí, a não-visibilidade em relação aos problemas gerados, a falta de amplitude quando existe a exposição do tema e a pouca bibliografia de referência (sobre lixões em geral e sobre este em particular) fizeram com que eu decidisse fazer uma monografia sobre o tema. O objetivo foi de analisar o papel do jornalismo na questão ambiental, tendo como recorte publicações de impressos paranaenses e da Internet feitas sobre o referido lixão. As questões principais que foram pensadas são: *De que forma o tema é abordado? Que informações chegam ao público leitor e qual o aprofundamento sobre elas? O que o jornalismo poderia fazer para contribuir para dar visibilidade adequada ao tema?*

1.1 TEMA

Analisar o papel do jornalismo na questão ambiental, como ele se desenvolve e quais as melhorias possíveis, usando como objeto publicações sobre o lixão do Embocuí, localizado em Paranaguá (PR).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 - Objetivo geral

Elaborar uma monografia de acordo com a disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Paraná, que pretende analisar o papel do jornalismo na questão ambiental, utilizando como objeto publicações sobre o lixão do Embocuí.

1.2.2 - Objetivos específicos

- Analisar o conteúdo das matérias publicadas.
- Detectar aspectos do tema e abordagens trabalhados pela imprensa.
- Destacar como a imprensa poderia contribuir para dar a visibilidade adequada ao tema ambiental e seus desdobramentos.
- Contribuir para a reflexão acerca de temas como a produção e descarte crescente de resíduos sólidos; a figura do catador de resíduos, seu papel como agente da reciclagem e como é visto perante a sociedade.

1.3 JUSTIFICATIVA

No fim de 2008, o lixão do Embocuí era composto por 24 alqueires de área (cerca de 600 mil metros quadrados) e recebia 130 toneladas diárias de resíduos. No local, viviam cerca de 120 famílias que sobreviviam da catação de material, que era vendido à reciclagem. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o local constituía um dos piores exemplos de gerenciamento de lixo do país. No Estado, apenas o lixão da cidade de Guarapuava apresentava situação similar.

O lixão do Embocuí localiza-se em Paranaguá, litoral do Estado do Paraná, a 91 quilômetros da capital, Curitiba. A cidade possui uma área de mais de 825 mil quilômetros quadrados e tem o turismo e a atividade portuária como duas de suas principais forças econômicas. Segundo dados de 2007 do IBGE, a população de Paranaguá fica em torno de 130 mil habitantes.

O Embocuí, em Paranaguá (PR) – na realidade, um depósito irregular – foi criado em 1973. A contaminação do solo, a produção de chorume (líquido originado da decomposição do lixo) e a quantidade de detritos – inclusive hospitalares – depositados por mais de 30 anos no terreno são motivo de preocupação ambiental e sanitária. Também chama a atenção o aspecto humano: o local concentrava famílias inteiras – e até três gerações da mesma família, como constatei pessoalmente – que montaram

suas casas “sobre” as montanhas de lixo. Estes indivíduos, que ficavam expostos às doenças decorrentes do ambiente degradado, também fizeram parte e interagiram com o cenário que compunha o Embocuí.

Há, ainda, a escassez de fontes de pesquisa sobre lixões no Brasil e no Paraná. Na literatura, são raras as publicações, sendo possível citar a obra *Lixão do Roger - O começo e o fim*, livro publicado em 2003 pela prefeitura da cidade de João Pessoa (PB), abordando o histórico de um depósito local. Em relação ao Paraná, não foram encontradas publicações em livro. Entre os estudos, é possível citar a tese de doutorado: *A percepção do lixo na perspectiva de diferentes atores sociais no ambiente urbano de Paranaguá*, de 1999, produzida por Paulo Cezar Rizzo CERDEIRA, única encontrada que trata do Lixão do Embocuí e que deve estar entre as poucas existentes.

Para abordar o tema, contribuir com a multiplicação dos materiais de referência e refletir sobre sua abordagem dentro do jornalismo local, é que o Embocuí foi escolhido para esta monografia.

1.4 METODOLOGIA

Para a análise dos temas que permeiam este trabalho, houve dificuldade, como já mencionado, em função da escassez de material e por não haver em livro algo específico disponível sobre o Embocuí e outros lixões.

Assim, no que diz respeito ao lixão parnanguara, foram utilizados as seguintes referências teóricas: *A percepção do lixo na perspectiva de diferentes atores sociais no ambiente urbano de Paranaguá*, tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, produzida Paulo Cezar Rizzo CERDEIRA – que aborda a realidade do Lixão de Paranaguá; e *Intervenção Sócio Ambiental no Lixão do Embocuí*, trabalho de graduação do Centro Universitário Campus de Andrade (Uniandrade) de Sueli Elizabeth Westarb CRUZ – representante do Fórum do Lixo e Cidadania de

Curitiba – que retrata a participação e os benefícios conquistados pelos catadores do Lixão de Paranaguá após a formação de uma cooperativa.

Nos demais aspectos teóricos envolvidos, muitos livros, *sites* especializados e trabalhos foram fundamentais.

Algumas das obras consultadas sobre a teoria do jornalismo e teorias comportamentais foram: *O estudo do jornalismo no século XX*, de Nelson TRAQUINA; *Sobre a televisão*, de Pierre BOURDIEU; *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck SODRÉ; *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, de Edvaldo Pereira LIMA; *História das teorias da comunicação*, de Armand e Michèle MATTELARD; *Teorias das comunicações de massa*, de Mauro WOLF; *O que é semiótica?*, de Lúcia SANTAELLA; *Chatô, o rei do Brasil*, de Fernando MORAIS; *Manual de Redação e Estilo*, da Folha de São Paulo.

Em relação aos temas “meio ambiente” e “lixo”, algumas das referências foram: *Meio ambiente no século 21*, livro de André TRIGUEIRO; *Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento: elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba*, tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, de Myrian Del Vecchio de LIMA; o *Dicionário brasileiro de ciências ambientais*; a *Cartilha de formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis* (MNCR); os filmes *Boca de Lixo*, *Ilha das Flores* e *Estamira*, sobre lixões brasileiros, *Papel de Catadores*, sobre a figura do trabalhador da reciclagem e *Uma Verdade Inconveniente*, sobre meio ambiente e aquecimento global; inúmeras páginas da Internet, como dos órgãos de meio ambiente paranaenses e sobre a questão do lixo no país, também contribuíram.

A técnica de observação também foi importante para conduzir as análises que envolvem esta monografia. Foram utilizados o conhecimento e as informações adquiridas por mim durante as várias visitas ao lixão do Embocuí em 2004, e a experiência das conversas com trabalhadores que viviam no local naquela época.

Como já mencionado anteriormente, a principal motivação para a análise realizada neste trabalho foi a experiência pessoal que tive quando, como cidadã interessada em adquirir mais conhecimento sobre o Embocuí, busquei informações

impressas e em meio eletrônico. Atualmente, além das bibliotecas (e em muitos casos acima delas), a Internet é o meio mais utilizado para pesquisar e obter conhecimento sobre os mais variados assuntos – dos que têm impacto mundial até os que se relacionam ao dia-a-dia local. Quando fiz minhas primeiras buscas, o fator que mais chamou a atenção foi a escassez de material disponível sobre o Embocuí, tanto em biblioteca quanto na *web*. Por isso, para a realização do presente trabalho, resolvi refazer a experiência.

Primeiramente, foram analisadas as matérias sobre o lixão do Embocuí disponíveis no arquivo da Biblioteca Pública do Paraná. Este material fica disponível no setor de assuntos paranaenses, guardado em quatro pastas agrupadas sob o tema Paranaguá. Não há uma subdivisão específica sobre o Embocuí, apenas as pastas referentes à cidade. Por isso, foi necessário buscar entre todas as matérias (a mais antiga delas datada de 1971) as que se referiam ao lixão. Os oito exemplares encontrados foram publicados nos principais jornais paranaenses entre os anos de 1999 e 2007. É possível que tenham existido matérias publicadas tanto antes de 1999, quanto após 2007, mas nada foi encontrado no arquivo consultado.

Em segundo lugar, este trabalho analisa matérias encontradas na Internet, pesquisadas no sistema de buscas Google, apontado pela *Nielsen Media Research* – uma das mais respeitadas empresas de pesquisa de mercado no mundo – como o mais utilizado sistema de buscas do ambiente virtual, com 49,2% da fatia de pesquisas. (Dados de 2006. Fonte: <http://searchenginewatch.com/2156451>. Acesso em: 07/07/2009). A busca de informações foi feita por palavras como “lixão”, “Embocuí” e “Paranaguá”, e combinações.

O critério utilizado foi filtrar todo o material encontrado, considerando para análise exclusivamente os que resultam de publicações feitas pelos jornais paranaenses em seus portais (matérias no formato jornalismo *online*) ou desenvolvidos e publicados em *sites* ligados ao poder público, como da prefeitura de Paranaguá e do Ministério Público, além da Agência de Notícias do Estado. Ou seja: foram analisadas matérias feitas pela imprensa ou textos que servem como sugestão de pauta e fonte de informações para os jornalistas. *Blogs* e outros *sites* que mencionavam o tema foram

vistos, mas seu conteúdo era similar ao já avaliado ou as informações foram consideradas irrelevantes.

Essa filtragem originou sete textos finais da *web* que, junto aos impressos, somam um total de 15 matérias analisadas:

Matérias de meio impresso:

Título da matéria	Jornal	Data de publicação
Lixão põe em risco área de mangue e preservação	Folha do Paraná	07/04/1999
Depois de 32 anos, lixão de Paranaguá será extinto	O Estado do Paraná	18/03/2005
Paranaguá terá novo aterro em 2006	Gazeta do Povo	08/07/2005
Porcos e vaca são retirados de lixão	Gazeta do Povo	16/07/2005
Lei da coleta	O Estado do Paraná	01/02/2006
Catadores voltam ao lixão de Paranaguá	O Estado do Paraná	13/01/2007
Paranaguá implanta coleta seletiva	O Estado do Paraná	30/03/2007
Método japonês recupera solo de aterro sanitário	Gazeta do Povo	06/04/2007

Matérias de meio eletrônico

Título da matéria	Site de origem	Data de publicação
Lixão do Embocuí é um dos principais problemas de disposição de lixo do Estado	http://www3.pr.gov.br/meioambiente/noticias/portal/noticiascomp/letas.php?noticiabanco=649 .	07/07/2005
Governo faz estudo ambiental para construção do aterro sanitário em Paranaguá	http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=26695	05/03/2007
IAP multa prefeito de Paranaguá	http://www.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=734509	02/02/2008
Prefeito de Paranaguá é multado em R\$ 5 mil por dia	http://www.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=735208	05/02/2008
A luta por comida no Lixão do Embocuí	http://200.189.113.39/mppr/noticiamp.nsf/9401e882a180c9bc03256d790046d022/fabfaee35982e9cd832573e700695db8?OpenDocument	05/02/2008
Conselho do Meio Ambiente se reúne para tentar resolver problema de lixo	http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=16	13/10/2008
Baka decreta área para Aterro Sanitário de utilidade	http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=22	16/10/2008

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 - IMPRENSA

2.1.1 - Dos tipos móveis à Internet

O jornalismo passou por diferentes períodos ao longo de sua existência, adaptando-se às necessidades de cada momento histórico.

O grande marco na história do desenvolvimento da imprensa se deu em 1440, quando Johannes Guttenberg desenvolveu a tecnologia dos tipos móveis: peças avulsas com letras gravadas em blocos de chumbo ou madeira, que podiam ser organizadas em uma tábua para formar palavras ou textos. A invenção de Guttenberg permitiu uma grande evolução na produção de livros e outros impressos. Até este período, tais materiais eram transcritos à mão ou produzidos com técnicas rudimentares; os tipos móveis permitiram a reprodução de obras em escalas nunca antes vistas.

O termo imprensa deriva da expressão prensa móvel, mas hoje é utilizado para designar os veículos de comunicação que exercem o jornalismo, desde os jornais e revistas, até os meios televisivos, de rádio ou Internet.

De acordo com HABERMAS *apud* SODRÉ (2007), a história da imprensa mundial se divide em três fases: a pré-capitalista, que se limitava a organizar informações; a literária, em que se passou a incorporar a opinião; e a empresarial, marcada pela industrialização.

A fase de industrialização corresponde a um momento de mudanças. Na Europa e Estados Unidos, o momento foi marcado pelo nascimento de importantes jornais, como o *The Times*, o *New York Sun* e o *The Guardian*. Houve também a intensificação das relações entre imprensa e publicidade. Os anúncios, que, até aquele momento, eram simples e envolviam pequenos serviços, ganharam volume e se concentraram em produtos específicos. Por um lado, os anúncios rendiam bom retorno financeiro para os

jornais, por outro, o desenvolvimento tecnológico que veio em sequência permitiu aumentar a qualidade e a quantidade dos jornais impressos, conquistando maior penetração do veículo entre o público.

Durante o século XIX e no início do século XX, várias invenções revolucionaram a transmissão da informação. O telégrafo, de Samuel Morse, permitia o envio de informações a longas distâncias, e teve sua importância multiplicada com a instalação de cabos submarinos intercontinentais. O linotipo, de Otto Mergenthaler, fundia em blocos as linhas dos caracteres tipográficos, unindo na mesma máquina composição, fundição e teclado. O rádio, descoberta de Guglielmo Marconi, possibilitou a primeira transmissão por ondas, que aconteceu em 1903. Em paralelo, desde 1850 começaram a surgir agências de notícias (responsáveis por repassar informações aos jornais) como a Reuters, existente até os dias de hoje.

A I Guerra Mundial (1914-1918), entre outros efeitos, fez com que fossem ampliados o desenvolvimento tecnológico e o conhecimento científico. Os jornais já haviam adquirido caráter de empresa capitalista, com grandes oficinas e com a publicidade como importante fonte financeira para as publicações. Nos anos de 1920, emissoras de rádio começavam a ser fundadas em todo o mundo.

As primeiras transmissões de televisão aconteceram nos anos de 1930, nos Estados Unidos. Era a fusão entre som e imagem permitindo ampliar as possibilidades da comunicação. Nos anos de 1950, a tevê já fazia parte dos lares americanos e chegava a outros pontos do mundo.

Nos anos de 1990, outra revolução: o computador se transforma em plataforma para um novo meio, a Internet, que modifica profundamente a forma de produção da notícia.

2.1.2 - A imprensa no Brasil

A história da imprensa no Brasil tem seu início em 1808 com a chegada da família real portuguesa. Antes desse período, a publicação de panfletos, jornais ou livros era proibida.

Dom João VI fundou a Imprensa Régia – hoje Imprensa Nacional – em 1808. No mesmo ano, o exilado Hipólito José da Costa lançava o *Correio Brasiliense* que, apesar de rodado na Inglaterra, é considerado o primeiro jornal do Brasil. Paralelamente também surgia a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial do governo português e produzido no Brasil. Enquanto a Gazeta publicava superficialidades ou informações favoráveis ao governo, o *Correio Brasiliense* foi criado para mostrar "os defeitos da administração do Brasil", nas palavras de seu próprio criador.

O jornal foi atacado pela censura, antes mesmo de sair sua primeira edição. A regra geral da imprensa de então não admitia o caráter "doutrinário", motivo de existência do *Correio Brasiliense*. O jornal era capaz de "pesar na opinião pública" e difundir suas ideias entre os formadores de opinião — fazendo propaganda ideológica. A medida, porém, que a população do país se desenvolvia, e necessitava ampliar sua cultura e nortear seus rumos, o acesso a leitura passava a ter função anti-colonialista e sentido de libertação. Foi com esse espírito que o Brasil se encaminhou para o momento de proclamação de independência de Portugal.

A partir desse período que antecedeu a Independência – primeira fase autêntica da imprensa no país – surgiram jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, de 1º de junho de 1821, que foi o primeiro jornal realmente informativo a circular no Brasil, ocupando-se de questões locais. Também surgiu o *Diário Constitucional*, a 4 de agosto de 1821, na Bahia, tido como o primeiro periódico a defender o interesse dos brasileiros. Em paralelo, outro destaque foi a *Malagueta*, que começou a circular no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1821. Ele é considerado um dos periódicos mais típicos da imprensa da época, e alcançou tal repercussão – consideradas as características daquele momento histórico – que provocou até publicações de resposta por parte de Portugal.

Em 1822, ano da proclamação da Independência, a imprensa liberal que vinha se desenvolvendo no país foi liquidada, situação que só se reverteria dois anos depois,

com a Constituição de 1824 – que garantia, pelo menos no papel, a liberdade de imprensa. A censura, de fato, acabou apenas em 1827. O momento foi marcado pela proliferação de jornais de combate, voltados à opinião. Os pasquins também fizeram história por retratar as paixões políticas então exacerbadas. Apesar de serem um instrumento de luta, os pasquins tiveram pouco vulto dentro da história da imprensa no país, justamente por uma de suas características mais marcantes: ter um assunto só e ser fruto da produção de uma pessoa, apenas.

O desenvolvimento da imprensa nacional não ficou restrito à corte, no Rio de Janeiro, mas se estendeu a diversos pontos do país, em virtude de lutas políticas locais, como a Sabinada, a Balaiada ou a Revolução Farroupilha.

“O período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente, uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política, a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. Foi praticamente a infância da imprensa brasileira. (...) Encerrada essa fase, o jornal passará a ser empresa – pequena empresa, de início, para chegar às proporções de grande empresa, como se apresenta em nossos dias”. (SODRÉ, 2007, p. 180).

Com as derrotas dos movimentos, porém, houve o que se determinou como um “regresso”, tanto político-militar quanto da própria imprensa, um período de desânimo marcado pelo fechamento de diversos jornais.

Em 1860, ressurgiu o *Diário do Rio de Janeiro*, dirigido por Saldanha Marinho, e que marcaria o primeiro passo na carreira jornalística de Machado de Assis. Foi nessa época que passaram pela imprensa também outros nomes que seriam grandes expoentes da literatura brasileira, como Monteiro Lobato e Aluisio de Azevedo.

Em 1874, a agência telegráfica Reuter-Havas se instalou no Rio de Janeiro. Até então, as notícias do exterior chegavam apenas por carta. No ano seguinte, foi fundado *O Estado de São Paulo*, jornal que existe nos dias de hoje e faz parte do grupo dos mais importantes do país. Em 1876, surgiu a *Revista Illustrada*, um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira. As ilustrações litografadas, da autoria de Ângelo Agostini, tinham como características fundamentais o perfeccionismo e a

expressividade. A *Revista Illustrada* inspirou uma geração de magazines satíricas, como *O Mosquito*, *O Besouro* e *O Mequetrefe*. A revista retratou, entre outros, a campanha em prol da abolição e se tornou um dos principais documentos ilustrados desse intervalo da história brasileira.

A imprensa também foi o meio pelo qual se mostraram e amadureceram as mudanças na sociedade brasileira no fim do século XIX. As revoluções, seguidas do movimento abolicionista e, por fim, a mudança de regime no país tiveram a imprensa como participante e como meio de registro dos acontecimentos. A Proclamação da República, em 1889, apesar de não provocar nenhuma mudança instantânea nos jornais, interiorizou a semente de mudanças que estavam por chegar, com destaque para as inovações tecnológicas.

Em 1891, foi fundado o *Jornal do Brasil*. Em 1895, passaram a fazer parte da imprensa novos prelos, gravadores e rotativas – estas últimas que imprimiram, contavam e dobravam os jornais, produzidos aos milhares. No mesmo ano, o serviço telegráfico foi utilizado pela primeira vez pelo jornal *A Notícia*, que divulgou “informações sobre a luta em Cuba; o espanto foi tão grande que o público só acreditou quando, no dia, seguinte, o *Jornal do Comércio* confirmou aquelas informações”. (SODRÉ 2007, p. 267).

As transformações alçaram a imprensa brasileira ao patamar de “grande empresa”, mudaram seu plano de produção, de circulação e, por consequência, sua relação com anunciantes e leitores. Um dos fatos marcantes do momento foi a redução no número de periódicos e a consolidação de poucos que se tornaram empresas fortes. Fundar um jornal deixava de ser possível enquanto aventura e passava a se caracterizar como negócio. A publicidade também marcou esta fase. Os anúncios – inicialmente espaços pequenos, destinados a comércios, venda de escravos ou remédios milagrosos – chegaram ao fim do século elaborados com qualidade literária por nomes como Olavo Bilac.

Na política, os primeiros tempos como República marcaram a história brasileira por sucessões combinadas no poder – com o revezamento político dos Estados de São Paulo (economicamente forte pela produção de café) e de Minas Gerais (grande

produtos de leite e maior pólo eleitoral do Brasil na época), denominado “política café-com-leite”. Na sociedade, a camada da burguesia industrial crescia junto com o capitalismo. Na imprensa, era o momento em que os escritores buscavam nos jornais, além do retorno financeiro, a notoriedade. A boemia, característica marcante até então, entrou em declínio assim como aconteceu o folhetim, substituído pelo colunismo e, depois, pela reportagem. Tanto a boemia quanto o folhetim tinham em comum o fato de não se enquadrar com o novo sistema de produção dos jornais: o de *empresa capitalista*.

A partir de 1920, o desenvolvimento da imprensa foi intimamente influenciado pela política. Nos períodos mais conturbados, a linguagem violenta foi a marca, refletindo a consciência da camada burguesa. Os grandes jornais eram os que possuíam as grandes tiragens. São dessa época algumas das publicações que fazem história até os dias atuais no jornalismo brasileiro, como a *Folha de São Paulo* e *O Globo* (do Rio de Janeiro), ambos fundados em 1925. A cidade de São Paulo já se mostrava como expoente nacional, sendo considerada “o maior parque industrial da América Latina” . E o jornal *O Estado de São Paulo* (fundado em 1875), frente aos concorrentes, entre eles, a “Folha”, se firmava como o grande jornal político da capital paulista.

No fim da década, em 1928, foi lançada a revista *O Cruzeiro*, um ícone entre as revistas ilustradas brasileiras. Abordando assuntos que variavam de saúde ao esporte ou cinema, a revista inaugurou o uso de elementos visuais no jornalismo.

Nos anos 30, as publicações começaram a sentir os efeitos da inflação. Os jornais viram os custos de produção encarecerem, o que tornou a sobrevivência de muitos inviável. Com o golpe que deu origem ao Estado Novo, e que colocou Getúlio Vargas no poder, em 1937, a imprensa sofreu também o impacto da censura, com a proibição de novos jornais e o fechamento de outros antigos, além da criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que controlava os conteúdos a serem publicados. Foi um período em que, por um lado, os militares incentivavam a modernização da imprensa, facilitavam a compra de equipamentos, a construção de instalações. Por outro, censuravam e prendiam jornalistas.

“A cultura brasileira atravessou um túnel no Estado Novo; o romance pré-modernista (fruto da Semana da Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922), que vinha em vigorosa ascensão, marcada particularmente pelos ficcionistas nordestinos (...) declinou, e a sua figura mais alta, o maior escritor brasileiro desde o desaparecimento de Machado de Assis – Graciliano Ramos – foi arrancado de sua função de educador, teve a cabeça raspada como os sentenciados e mofara nos presídios. (...) Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros”. (SODRÉ, 2007, p. 385).

Uma característica que se destacou até a década de 1950 foi a concentração de veículos de imprensa por grandes empresas jornalísticas. Um exemplo foram os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que reuniam em uma mesma empresa diversos jornais e, mais tarde, emissoras de TV, rádio e revistas. Uma delas era *O Cruzeiro*, incorporada ao grupo na década de 1950. As revistas, neste período, tornaram-se os primeiros veículos de abrangência nacional – feito que jamais alcançado pelos jornais. Após a entrada para o grupo dos Diários Associados, a revista *O Cruzeiro* foi pioneira no Brasil na produção de reportagens feitas em dupla por repórter e fotógrafo – tendo como destaque a parceria David Nasser/ Jean Manzon: um só escrevia, o outro só se preocupava em fotografar. Em pouco tempo, saiu o primeiro resultado dessa inovação: a reportagem *Enfrentando os Xavantes*, que ocupou 18 páginas da revista,

“com fotos jamais vistas de selvagens atacando a flechadas e golpes de borduna, a poucos metros de distância, um avião onde estavam Manzon e Nasser sobre a serra do Roncador, na fronteira do Mato Grosso com o Pará, em plena selva amazônica”. (MORAIS, 1994, p. 418).

Em 1954, *O Cruzeiro* ultrapassou a impressionante tiragem de 700 mil exemplares, com a cobertura da morte de Getúlio Vargas. A revista também abriu espaço para o surgimento de outras publicações, como a *Manchete*.

As transformações que se sucederam à II Guerra Mundial, especialmente a partir da segunda metade do século XX, contribuíram para a evolução das técnicas de imprensa, e para o aumento do profissionalismo e eficiência operacional exigido dos jornalistas, especialmente no que diz respeito à apresentação da notícia. Nos Estados Unidos, houve o surgimento do *lead*, que formata a notícia com base na resposta às seguintes perguntas: *quem?*, *que?*, *quando?*, *onde?*, *por que?*, *como?*. Entraram em

voga também as primeiras definições do critério de noticiabilidade – ou seja, quais as informações que tinham os aspectos exigidos para ser interessante o suficiente e se transformar em notícia. Os jornais brasileiros acompanharam as novidades e incorporaram o *lead* à técnica jornalística, colocando em prática uma reforma na apresentação das notícias. Foi o caso dos pioneiros *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*, ou do *Última Hora*, fundado em 1951 por Samuel Wainer – um dos grandes nomes do jornalismo brasileiro.

Com o golpe de 1964, deixaram de existir jornais de partidos, de organizações da sociedade civil e jornais estudantis. O desaparecimento desses órgãos foi motivado menos pela repressão movida contra eles do que pelo clima de verdadeiro desbaratamento das lideranças que os produziam. Nos anos de 1960, também entrou em declínio *O Cruzeiro*, em função do desuso de suas fórmulas, e novas revistas surgiram, como a *Realidade* (1966).

Segundo Edvaldo Pereira LIMA, a *Realidade* foi considerada a

“mais significativa experiência estilística vivida pelo jornalismo impresso brasileiro. (...) O golpe de 64 não conteve a renovação generalizada que havia tomado conta do país nos anos anteriores. Esse impulso remontava ao período de JK, à simbologia de Brasília, à industrialização, à mítica da interiorização do desenvolvimento econômico e às novas formas de expressão artística que se espalhavam pela música, pelo cinema. (...) A nova audiência em constituição no Brasil queria compreender o país em mudança, os novos tempos, o planeta”. (LIMA, 1993, p. 167 e 168).

Os anos 1970 consolidaram as práticas iniciadas na década anterior, como a transição das revistas ilustradas para as revistas de informação e a resistência à ditadura. Segundo publicado na introdução do artigo *O jornalismo brasileiro nos anos 70*, do jornalista Victor GENTILLI,

“o sistema midiático como hoje o conhecemos foi configurado e consolidou-se na década de 70. Este período, que se inicia com o AI-5 e o lançamento do *Pasquim* irá se encerrar com a anistia e a greve dos jornalistas. As experiências jornalísticas do período são exemplares. É a época que *O Estado de São Paulo* publica *Os Lusíadas*, *Veja* (surgida em 1968) lança uma edição sobre torturas, surgem *Opinião*, *Movimento* e outros jornais da imprensa alternativa. Enquanto a

censura se abranda, os jornais se amoldam. A experiência mais rica, indiscutivelmente, é a reforma da *Folha de São Paulo*, conduzida por Cláudio Abramo. A crise de *Veja* é sintomática, mas permite o lançamento de *Istoé* (1976) e – pouco depois – da experiência frustrada do *Jornal da República*. “Nesta década, temos a ditadura pura, a distensão e os primórdios da abertura”.

O fim de *O Cruzeiro* aconteceu em 1975, com a consagração definitiva do instantâneo meio televisivo em favor dos impressos, o fim do império dos Diários Associados de Chateaubriand e a consolidação da hegemonia da Rede Globo, grupo formado pelo jornalista Roberto Marinho. Em 1976, chegou ao fim também a revista *Realidade*.

Em 1979, com o fim da ditadura e o início da abertura política, a imprensa entrou em um período em que passa a se preocupar com a produção de informação de qualidade para a cidadania. No mundo, o impacto do caso *Watergate* (escândalo político de corrupção ocorrido na década de 1970, que culminou com a renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon) trouxe aos Estados Unidos um intenso debate sobre o papel da imprensa. No Brasil, nos anos de 1980, receberam atenção as reivindicações nacionais, como a volta ao país dos exilados políticos e o movimento pelas Diretas Já. Os jornalistas também estiveram presentes na eleição indireta e na morte de Tancredo Neves, e na cobertura da primeira eleição direta de um presidente em décadas, realizada em 1990, que resultou na subida ao poder de Fernando Collor de Melo.

Foi por mobilização e investigação da mesma imprensa que Collor sofreu processo de *Impeachment* que o derrubou da presidência dois anos depois de chegar ao cargo.

A década de 1990 foi marcada por profundas transformações sociais e econômicas, no mundo e no Brasil. No mundo, o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética eliminava as últimas barreiras para a prevalência do sistema capitalista sobre o comunismo, e abria as portas para o fenômeno da globalização – o aprofundamento da integração econômica e cultural, que busca a formação de uma aldeia global. Um dos resultados diretos deste fenômeno foi o barateamento e o acesso a tecnologias e aos meios de comunicação em todo o mundo. Na economia brasileira,

na década de 1990, houve a criação do Plano Real, colocado em prática pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante o governo do presidente Itamar Franco – que substituiu Fernando Collor de Mello. O plano foi um marco do fim da inflação e do início da estabilidade econômica do país.

Nesse período, houve também a popularização da Internet, a rede mundial de computadores, o que trouxe efeitos para a imprensa. O novo meio de comunicação – de abrangência global e alcance instantâneo – trouxe alterações que colocaram em discussão, inclusive, a sobrevivência do jornal impresso. A Internet permitia um fluxo de troca de idéias e informações sem precedentes na história da humanidade. Se antes uma pessoa estava limitada a imprensa local, agora ela poderia ter acesso a qualquer notícia do mundo, tendo como limite apenas a barreira do idioma.

Todo esse histórico fez da imprensa brasileira uma entidade atrelada não apenas à política, mas, principalmente ao poder econômico. Combativa nos períodos mais conturbados da história, mas flexível e até complacente em tempos estáveis, ela se mostra muitas vezes moldada por interesses acima das premissas da profissão jornalística.

Por um lado, há a tendência ao vínculo com o poder, que influi diretamente na linha editorial dos veículos e, portanto no “que” se publica e em “como”. Há também a ligação econômica, já que o jornalismo exerce sua função dentro de veículos que fazem parte de grandes conglomerados de comunicação – como é o caso, por exemplo, da Rede Globo – e precisa adequar-se política e mercadologicamente aos objetivos da *empresa* da qual faz parte.

O resultado é que hoje o jornalismo brasileiro localiza-se menos dentro da lógica informativa da realidade ou como campo de conhecimento, e mais próximo ao que interessa ao conglomerado que o detém.

2.1.3 - O cenário no Paraná

O primeiro jornal paranaense foi o *Dezenove de Dezembro*, criado em 1854. O nome era uma referência à data de instalação da Província do Paraná, que havia ocorrido no ano anterior. Seu proprietário, Cândido Martins Lopes, contou com o apoio financeiro do presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, para instalar a primeira tipografia na cidade. O semanário tinha como objetivo informar o público sobre o governo da província, mediante a publicação de seus atos oficiais, mas abstendo-se de questões políticas. Após trinta anos de publicação semanal, o jornal passou a circular diariamente, e viveu até 23 de dezembro de 1889, quando publicou no editorial de sua última edição o conteúdo do decreto nº 88, de 1889, que limitava a liberdade de imprensa (OLIVEIRA, 2003).

Cerca de três décadas mais tarde, em 3 de fevereiro de 1919, era fundada em Curitiba a *Gazeta do Povo* – primeiro grande jornal do Paraná e que circula diariamente até os dias de hoje. Surgido em um momento sucedia a I Guerra Mundial, e que em todo o Brasil a imprensa se desenvolvia intimamente influenciada pela política, A *Gazeta do Povo* chegava com o compromisso de (suposta) independência, conforme transcrito em matéria comemorativa, publicada na ocasião de seus 90 anos:

“No ano em que o rádio é transmitido pela primeira vez no Brasil e enquanto o mundo ainda se recupera da Primeira Guerra Mundial, dois advogados decidem fundar um novo jornal em Curitiba – capital com pouco menos de 78 mil ‘almas’, conforme o censo do ano seguinte. Dispostos a criar um veículo popular e independente, Benjamin Lins e De Plácido e Silva deixam claro a que vieram: ‘Não temos, pois, que attender a melindres pessoas; não temos que attender a interesses particulares; o facto, uma vez que interesse à collectividade, é um dado positivo de sua vida; deve ser conhecido, divulgado, analisado, commentado, para que delle se possa retirar as utilidades que for capaz de produzir’, dizia o editorial da primeira edição da *Gazeta do Povo* (...)”. (GAZETA DO POVO, 02/02/2009).

Segundo OLIVEIRA (2003), na época do lançamento da *Gazeta do Povo*, havia outros jornais em Curitiba, como *A Tribuna* e o *Diário da Tarde*, “além de uma numerosa e pouco constante imprensa operária, com títulos como *O Proletário*, *União* e

Trabalho ou *O Trabalho*". O primeiro número da *Gazeta do Povo* circulou com seis páginas e com quase 40% do espaço ocupado por publicidades.

Era uma década de expansão de Curitiba, com fundação da Universidade Federal do Paraná (1912), a chegada de imigrantes vindos do pós-guerra e a prosperidade do ciclo da erva-mate. A *Gazeta do Povo* tornava-se um marco em todo o Paraná, alterando hábitos em Curitiba e influenciando até o comércio. O jornal também lançou uma novidade na capital do Estado: a leitura de notícias por meio do rádio – feito colocado em prática pelas ondas da PRB2, a Rádio Clube Paranaense (1924).

"Quem passava pela Rua XV na década de 20 nunca voltava desinformado para casa. É que ali, entre a Avenida Marechal Floriano e a Rua Monsenhor Celso, na porta da *Gazeta do Povo*, notícias de última hora eram coladas em uma pedra de mármore escuro, que logo foi batizada de Pedra da Gazeta. Eram notas curtas, manuscritas em aparas de papel aproveitado das próprias bobinas rotoplanas do jornal. Quando havia pressa em divulgar a informação, os redatores chegavam a anunciá-las da sacada, "no grito", levando posteriormente a rádio PRB2 a instalar alto-falantes para facilitar o trabalho dos jornalistas". (GAZETA DO POVO, 02/02/2009).

Ao longo das décadas seguintes, a *Gazeta do Povo* consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços. Após a II Guerra Mundial, em 1949, surge outro importante jornal no Estado, desta vez na região norte: a *Folha de Londrina*, voltada ao público da cidade e região.

No início de década de 1950, o Brasil vivia o momento de revolução técnica da imprensa e, politicamente, entrava em um período de estabilidade que se prolongaria até o golpe de 1964. O Paraná experimentava um novo momento de expansão econômica com a conquista do Norte pelas lavouras de café. Surgiam novas cidades, colonizadas especialmente por mineiros e paulistas, e o Norte Pioneiro entrava em desenvolvimento. Curitiba, a capital do Estado, tinha em torno de 180 mil habitantes e, assim com o fim da I Guerra Mundial, recebia novos grupos de imigrantes. Foi nesse cenário que surgiu, em 17 de julho de 1951, *O Estado do Paraná* – jornal que tinha

como objetivo dar força política ao então governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto. Com a maioria dos periódicos locais controlados por adversários políticos, Munhoz da Rocha necessitava de um jornal para dar sustentação ao seu governo. Desde o início, o periódico procurou alcançar o interior do Estado, oferecendo uma cobertura regional dos acontecimentos – que refletia a preocupação do governador em promover a integração das novas cidades surgidas na rota da cafeicultura.

O desenvolvimento do Estado, promovido pela cafeicultura, fez com que várias cidades atingissem grande crescimento econômico e expansão populacional. Houve, durante os anos de 1960 e 70, a criação de diversos jornais locais no interior do Estado, tendo como exemplos a *Tribuna do Interior*, em Campo Mourão (1968), *O Diário*, em Maringá (1974) e *O Paraná*, em Cascavel (1976). Em 1962, a Gazeta entrou em profunda crise financeira e o controle do jornal foi assumido por Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, que conseguiram reerguer e estabilizar o veículo até o fim da década. Em 1963, surgiu um novo jornal em Curitiba: o *Diário Popular*.

Nos anos de 1970, *A Gazeta do Povo* e *o Estado do Paraná* estavam em franco desenvolvimento e passaram por grande expansão, incorporando emissoras de rádio e canais de televisão (respectivamente os canais 12 e 4). A transformação da *Gazeta do Povo* no principal jornal de classificados e anúncios imobiliários de Curitiba, bem como a passagem da programação da Rede Globo de televisão, em 1973, para a TV Paranaense, (canal 12), contribuíram para fazer da *Gazeta do Povo* o maior jornal do Paraná. “A supremacia da Globo em termos de audiência ajudou a alavancar as vendas do jornal, que continuou investindo na modernização de equipamentos” OLIVEIRA (2003).

A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento do Oeste do Paraná, com a inauguração da maior hidrelétrica do mundo, em 1982, na cidade de Foz do Iguaçu: a Hidrelétrica de Itaipu. Segundo registro histórico da própria hidrelétrica, entre 1975 e 1978, a cidade possuía apenas “duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes”. Em 10 anos, estava urbanizada e a população já ultrapassava os 100 mil, o que causou uma explosão demográfica e um enorme impacto ambiental na região – tanto

relacionado ao aumento populacional e à urbanização, quanto às medidas tomadas para transformar a hidrelétrica em realidade, entre elas o desvio do curso do rio Paraná. Já na imprensa, o reflexo da criação de Itaipu se deu pela entrada em circulação de diversos jornais regionais, entre eles o *Jornal do Oeste* (1984) e a *Gazeta do Iguaçu* (1988). Em Curitiba, alguns anos antes, havia surgido o *Jornal do Estado* (1983).

Após apresentar até aqui alguns dos principais jornais que figuram nas diferentes regiões do Estado, vale salientar que no litoral paranaense não há nenhum jornal de porte ou relevância. A leitura mais frequente é dos grandes diários publicados em Curitiba, como a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*.

Além disso, não só no litoral, mas nas demais regiões do Estado, há uma grande penetração de ambos os jornais, até pelo fato de se pretenderem veículos *estaduais* e não apenas locais – a própria *Gazeta do Povo* se proclama em seu *slogan* como "o grande jornal do Paraná".

Neste ponto, também é preciso deixar claro outro aspecto. Por muito tempo, a *Gazeta do Povo* – ao contrário do que se propôs desde a publicação de seu primeiro editorial – foi o "diário oficial" do Paraná. Atualmente, é possível colocar que o jornal vem se transformando em um veículo menos oficioso, mesmo assim, longe de sua premissa de ser um jornal apolítico e independente. Da mesma forma, acontece com *O Estado do Paraná*, também ligado à questão política. A principal diferença entre ambos é o reconhecimento do próprio *O Estado do Paraná* de ter nascido com um atrelamento político – o apoio ao então governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto.

De forma geral, toda a imprensa paranaense, não apenas com o impresso, mas com o rádio e, depois, com a tevê, nasceu ou se desenvolveu estreitamente ligada à política local, até pela incontestável importância que possuem como apoio e meio de visibilidade a quem desempenha funções políticas. Segundo OLIVEIRA, no caso da *Gazeta do Povo*, por exemplo, o segredo de sua projeção e força está ligado a uma postura política de extrema cautela e de atrelamento ao poder, evitando o debate político e não aceitando situações de confronto. Apesar de conservadores e oficialistas, os jornais locais – especialmente a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* – configuram as principais referências na formação da opinião pública paranaense.

Com a popularização da Internet, nos anos de 1990, entrou em debate a continuidade do meio impresso, o que também ocorreu nos jornais do Paraná. Houve adaptações, por um lado com a redução de tiragens e, por outro, com a colocação do noticiário também no meio virtual. Em 1995, a Gazeta do Povo foi o segundo jornal brasileiro a disponibilizar seu noticiário na Internet. Hoje, todos os jornais citados neste capítulo possuem portal virtual.

2.1.4 - Em pontas opostas? Uma análise sobre o jornal e a Internet

A popularização da Internet, na década de 90, assim como ocorreu no surgimento dos demais meios de comunicação, como o rádio e a tevê, levantou discussões sobre a continuidade ou não da existência do impresso.

Entre os meios escritos, o jornal é o pioneiro na imprensa, o primeiro utilizado como meio de massa. Do outro lado, está a Internet – o mais recente dos meios – e o jornalismo *online* ou ciberjornalismo, que também utiliza o texto para a propagação da notícia.

No início, os textos de jornalismo *online* se limitavam a transcrições dos textos impressos, com mesma estrutura e linguagem, mas com a vantagem de não necessitar de meio físico ou gastos com transporte para chegar ao leitor. Com o aperfeiçoamento, os textos jornalísticos para a Internet ganharam estilo adequado, tornando-se curtos, diretos, estruturados em pequenos blocos e com palavras-chave destacadas. A diagramação também evoluiu, deixando a distribuição dinâmica e passando a formar uma convergência de mídias, com a utilização de recursos de áudio, foto e vídeo para complementar a informação escrita.

A utilização da Internet no jornalismo tem a vantagem de possibilitar ao leitor internauta um grau de interatividade nunca antes estabelecido com outro meio de comunicação. Além disso, a rede mundial serve como um grande arquivo, onde ficam

armazenadas as publicações, permitindo acesso a qualquer hora ou local, e sobre qualquer assunto.

Em paralelo ao aperfeiçoamento do jornalismo para a Internet, o meio impresso também mudou. O jornal passou a compensar a instantaneidade, os custos reduzidos e o alcance da Internet com o desenvolvimento de seu conteúdo, não se limitando mais a noticiar apenas o fato ou a estruturar a matéria limitada ao *lead* – mas buscando desdobrar e estabelecer os nexos entre o que está sendo publicado e a realidade do leitor.

Assim, pode-se considerar que jornal e Internet, na realidade, não estão em pontas opostas, mas lado a lado, ocupando cada um seu espaço e desenvolvendo formas diferenciadas e, muitas vezes, complementares de comunicação.

2.2 - HIPÓTESES SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA SOCIEDADE: MODELO E TEORIAS DE COMUNICAÇÃO

Muitas variáveis interferem na forma de comunicar: o meio (meios diferentes podem atingir com mais facilidade grupos de pessoas diferentes), a propensão do indivíduo ao interesse pelo tema exposto, o espaço que ele recebe na mídia e seu índice de repetição, a credibilidade do comunicador, o nível cultural do indivíduo exposto à notícia, além de um importante fator externo: o contexto histórico-social em que se realiza.

Desde o início do século XX, estudiosos desenvolvem modelos e teorias que analisam esses aspectos. O objetivo deste capítulo é abordar um modelo e algumas das teorias desenvolvidas desde o início do século XX, que discutem essas variáveis e sua influência dentro da comunicação.

2.2.1 - Modelo semiótico

O modelo semiótico – utilizado para as análises deste trabalho – aborda os efeitos da comunicação “mediante a variável da decodificação e dos sistemas de conhecimentos e competências que a orientam” (WOLF, 2008 p. 117). No âmbito informativo, como definido por ECO-FABRI (1978), no modelo semiótico a linearidade da transmissão é ligada ao funcionamento dos fatores semânticos. Assim, os efeitos e funções sociais da comunicação ficam vinculados ao mecanismo de *reconhecimento* e de *atribuição de sentido* do receptor da mensagem (grifo meu). Ou seja: do ponto de vista semiótico, a eficiência da mensagem depende do grau de conhecimentos compartilhados entre destinador e destinatário. É este o raciocínio que conduz o presente trabalho.

2.2.2 - Teorias: dos primeiros estudos ao *newsmaking*

As teorias da comunicação são estudos acadêmicos desenvolvidos desde o início do século XX, que pesquisam os efeitos, origens e funcionamento do fenômeno da comunicação, considerando aspectos tecnológicos, sociais e cognitivos, entre outros. Vários modelos teóricos foram gerados paralelamente para estudar os meios de massa, e alguns foram superados. Cada teoria se desenvolveu com base não apenas nas tecnologias de comunicação existentes no período, mas no momento histórico do qual fazia parte.

Um dos estudos pioneiros da primeira fase foi a teoria Hipodérmica. Ela sustentava uma conexão direta entre a exposição às mensagens e o comportamento do receptor: se uma pessoa era atingida pela propaganda, podia ser controlada, manipulada, induzida a agir.

O conceito de "massa" é fundamental para se compreender a abordagem da teoria Hipodérmica. Segundo estudiosos, a massa seria um conjunto de indivíduos

isolados de suas referências sociais, agindo em nome de sua própria satisfação. Uma vez perdido na massa, a única referência que um indivíduo possui da realidade são as mensagens dos meios de comunicação. A teoria Hipodérmica sustenta que, frente ao estímulo dos meios de comunicação, o indivíduo assimila a mensagem e deixa-se manipular sem resistência.

A teoria Hipodérmica foi superada por Harold LASSWELL, em estudo desenvolvido em 1948, que apontou que para compreender o ato de comunicação é preciso responder às seguintes perguntas: *Quem? O que diz? Por qual canal? A quem? e Com qual efeito?*. A resposta a cada uma das variáveis é que possibilitaria definir e organizar o tamanho do efeito das mensagens da mídia sobre um indivíduo.

Outro estudo bastante difundido sobre o papel dos meios na sociedade é a teoria Crítica, desenvolvida a partir da década de 20 por estudiosos de um instituto alemão, conhecido então como Escola de Frankfurt.

A teoria Crítica analisava a sociedade como um todo e tinha como ponto de partida o sistema de economia de troca, enfrentando temáticas ligadas à dinâmica social. É de Max HORKHEIMER e Theodore ADORNO – dois dos estudiosos da teoria Crítica – a expressão “indústria cultural” (em apontamentos anteriores, colocada como “cultura de massa”), criada para explicar a “transformação do progresso cultural no seu contrário”, ou seja, a imposição de estereótipos e a baixa qualidade cultural causadas pelo avanço técnico. Segundo a teoria Crítica, “a repetitividade e a padronização da indústria cultural faziam da cultura moderna de massa um extraordinário meio de controle psicológico” (WOLF, 2008, p. 76). Em outras palavras, a cultura era utilizada como meio de controlar, organizar e direcionar a consciência dos indivíduos.

Mais tarde, o sociólogo Paul LAZARSFELD (*apud* WOLF, 2008) desenvolveu uma interpretação sobre a teoria Crítica que, muito além da manipulação proposital, apontava que os meios de comunicação funcionavam como instrumentos tão complexos que, “onde quer que sejam usados, obtêm sobre as pessoas efeitos muito mais relevantes do que pretende obter quem os administra”.

Na década de 60, surgiu a teoria Culturológica, iniciada por Edgar MORIN, em 1962, com texto *L'esprit du temps*. Partindo de uma análise sobre a teoria Crítica, Morin

apontava que, em vez de a cultura de massa impor a padronização dos símbolos, ela utilizava a padronização já desenvolvida espontaneamente pelo imaginário popular. Havia um equilíbrio, um “sincretismo”, como definia Morin, entre a padronização da produção imposta pela indústria cultural e a necessidade de individualização. “Sincretismo é o termo mais adequado para exprimir a tendência a homogeneizar sob um denominador comum a diversidade dos conteúdos”. (MORIN, 1962, *apud* Wolf, 2008 p.96). Na mesma década, na Inglaterra, originaram-se os *Cultural Studies*, que partiam para uma análise específica do processo social, considerando os mecanismos de atribuição de sentido à realidade e o desenvolvimento de uma cultura de práticas sociais compartilhadas.

“Há uma espécie de caráter cíclico na presença e no retorno de alguns ‘climas de opinião’ (e relativas tendências de pesquisa) sobre a capacidade dos meios de comunicação em influenciar a massa. Esse caráter vincula-se às transformações da sociedade, de ordem institucional e organizacional da mídia, às circunstâncias históricas dentro das quais os meios agem. As teorias a respeito da influência da mídia apresentam um andamento oscilatório: partem de uma atribuição de forte capacidade manipulativa, passam depois por uma fase intermediária, na qual o poder de influência é redimensionado de modo variado (...). ‘Os efeitos da mídia eram considerados relevantes nos anos 30, devido à Depressão e ao fato de que a guerra criava certo tipo de terreno fértil para a produção destes efeitos. Do mesmo modo, a tranquilidade da década de 50 e 60 conduzia a um modelo de efeitos limitados. O final dos anos 60, um período de conflitos, tensões políticas e crise econômica, contribuiu para tornar a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massa’”. (CAREY, 1978, *apud* WOLF, 2008 p. 49)

Por meio das diferentes teorias da primeira fase, é possível ver a sucessão dos principais problemas analisados e o grau de elaboração dos modelos sobre os processos de comunicação. A partir dos anos 70, os estudos entram em uma segunda fase. Fazia-se urgente a necessidade de definir a principal área temática dos estudos de mídia e de encontrar uma forma eficiente de estudá-la. Assim, na segunda fase, houve um deslocamento no foco dos estudos da comunicação, que passaram a avaliar

os emissores, e surgiram novas áreas de pesquisa: a hipótese da *agenda-setting* e os estudos sobre *gatekeeper* e *newsmaking*.

A hipótese da *agenda-setting* (ou teoria do Agendamento) é a principal teoria que conduz as análises desta monografia. Iniciada pelos estudos dos pesquisadores norte-americanos Maxwell MCCOMBS e Donald SHAW, a hipótese da *agenda-setting* discute a relação entre a intensidade com a qual um fato é coberto pelos meios de comunicação e como isso influencia o nível de relevância desse fato perante o público. Segundo a teoria, a mídia possui a capacidade de evidenciar um determinado assunto e torná-lo importante para a sociedade, causando dependência – por um lado, se o assunto não está na mídia, não interessa; por outro, o conhecimento se limita ao que é fornecido pelo meio de comunicação.

“Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos espaços públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo” (SHAW, 1979, *apud* WOLF, 2008, p.143)

Um dos processos informativos que faz parte da *agenda-setting* é a tematização, que consiste em colocar um assunto “na ordem do dia”, ou seja, em destaque frente à atenção da sociedade. Assim, a exposição do indivíduo aos assuntos públicos é hierarquizada pela mídia. Da mesma forma, a omissão ou a cobertura prejudicada também fazem parte da teoria do Agendamento, já que têm o poder de excluir assuntos do repertório de interesses do público. “Os jornalistas, condicionados pelas propensões inerentes à profissão, pela visão de mundo, pelo tempo, pela sua formação, pela lógica da profissão e por suas disposições, selecionam na realidade aquilo que acreditam ser notícia. (BOURDIEU, 1997, p.25).

Segundo as pesquisas, o efeito de *agenda-setting* pode ser maior ou menor, dependendo do meio de comunicação em questão. O jornal – um dos meios analisado nesta monografia – é tido como um dos meios que sofre mais influência. A disposição dos assuntos em seus cadernos, a escolha da página, o posicionamento da matéria na folha direita ou esquerda, a utilização ou não de imagens complementares, o tamanho

do espaço, o fato de haver uma chamada ou não na capa do veículo dão ao leitor a indicação de relevância e conduzem sua percepção a respeito do assunto.

Prosseguindo na segunda fase dos estudos de comunicação, o conceito de *Gatekeeper* foi desenvolvido por Kurt LEWIN e analisa o comportamento de profissionais de comunicação na hora de definir os critérios para divulgar ou não uma notícia. O termo *gatekeeper*, em português, significa “selecionador” e indica o profissional de comunicação que funciona como pré-filtro. As informações que o público recebe e os fatos com os quais se importa são, em parte, resultado do filtro exercido pelo selecionador. Suas escolhas, pautadas menos no público e mais em aspectos da profissão, levam em conta questões políticas, inclinações, o reconhecimento de seus pares, as aspirações profissionais e a linha editorial da empresa jornalística na qual atua.

“As decisões do *gatekeeper* são realizadas menos numa base de avaliação individual de noticiabilidade do que em relação a um conjunto de valores que incluem critérios tanto profissionais quanto organizacionais, como a eficiência, a produção de notícias, a velocidade”. (ROBINSON, 1981, *apud* WOLF, 2008, p. 186).

A consequência dessa intervenção, assim como na hipótese da *agenda-setting*, cria uma construção distorcida da realidade e uma experiência cognitiva por parte do público que não corresponde ao real.

Aperfeiçoando a discussão sobre a teoria do *Gatekeeper*, o *Newsmaking* aborda não a filtragem de um assunto específico, mas todo o processo, a rotina dentro da mídia que envolve a seleção das informações com as características necessárias para se transformarem em notícia.

Considerando a abundância dos acontecimentos, os meios de comunicação desenvolveram critérios de relevância que fazem parte de sua rotina de produção e que definem a noticiabilidade de cada evento – ou seja, seu potencial para ser publicado na forma de notícia.

“Noticiabilidade é o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias, então os valores/notícia podem ser definidos como componentes da noticiabilidade. Eles apontam para quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes para serem transformados em notícias”. (WOLF, 2008, p. 202).

Em suma, o jornalismo é o elo entre o cidadão comum/leitor e a realidade, funcionando como o principal e, às vezes, único meio de fazer com que determinada notícia ou informação chegue à população. Apesar disso, diversas interferências, tanto inerentes à rotina jornalística quanto de recepção e interpretação, fazem com que apenas o que é selecionado (independentemente do critério) pelos veículos de notícias chegue ao leitor e conduza a importância que ele dá aos fatos.

2.3 - A FORMAÇÃO DA NOTÍCIA

A industrialização, iniciada no fim do século XIX, tem como marca principal o seu caráter de “produtora de mercadoria”. Dentro da imprensa, a fase de industrialização corresponde ao momento em que jornais caminharam para transformar-se em empresas. Esse contexto influenciou a atividade jornalística, fazendo com que seu principal elemento, a notícia, também se transformasse em produto.

Entende-se por notícia o texto em que é relatado um acontecimento (com características de atualidade) para que seja levado a conhecimento da sociedade. Desde suas origens, até hoje, uma notícia é mais interessante quanto mais contém características que atraiam o leitor.

Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo, existem seis critérios elementares que definem a importância de uma notícia, na seguinte ordem: *ineditismo* (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada); *improbabilidade* (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada); *interesse* (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é); *apelo* (quanto maior a

curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é); *empatia* (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é); e *proximidade* (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é). (2001, p. 43). Para Edvaldo Pereira LIMA, a definição é a seguinte:

“Notícia é a comunicação de uma estrutura física, atual ou atualizada, que corresponde, consciente ou inconscientemente, a uma vigência social geral de um grupo social específico”. De fato, a notícia deve corresponder ao acontecimento real que seja de interesse a pelo menos um grupo importante entre os segmentos receptores de uma dada mensagem jornalística. E o item *atualidade*, no conceito mais moderno, (...) ganha novas roupagens. Passa a significar a ocorrência que muitas vezes não é rigorosamente atual, mas ganha essa condição seja por um fato novo que “desperta” o interesse público para uma ocorrência antiga, seja por um artifício que a traga para o presente. (1993, p. 23).

Além de considerar esses critérios, a produção da notícia é vinculada à questão do tempo – cada vez mais restrito – dentro das redações. A consequência é a falta de aprofundamento e a produção de textos superficiais, o que vai de encontro com o papel do jornalismo, que é de “relatar os acontecimentos de maneira que as pessoas tenham conhecimento do que ocorre nos diversos campos da realidade social e da existência humana”. (LIMA, 1993, p. 9).

A possibilidade *qualitativa* da criação de cadernos e suplementos especiais, de editorias específicas nos meios impressos e a segmentação na Internet funciona como uma “ampliação” da notícia e permite levar ao leitor abordagens mais profundas e informações mais completas do que as divulgadas em uma notícia comum.

2.4 - JORNALISMO ESPECIALIZADO

Entende-se por jornalismo especializado aquele que, embora mantenha todas as premissas e condições éticas do jornalismo em geral, caracteriza-se por se voltar com

profundidade a temas e públicos específicos. Longe de identificar a figura do jornalista como especialista em uma determinada área, o termo indica o fato de o profissional cobrir uma *área especializada* e de possuir, para tanto, um conjunto de conhecimentos que extrapolam o senso comum da atividade jornalística.

No meio impresso, um importante exemplo está nas revistas segmentadas, que caracterizam o melhor e mais bem acabado produto especializado dentro do jornalismo. Outro bom exemplo está nos suplementos que integram os jornais. Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo (2001), os suplementos do jornal impresso distinguem-se por: tratar de assuntos de interesse específico; ser voltados para públicos definidos; e tratar de temas de interesse geral, mas de maneira aprofundada. Na Internet, o jornalismo especializado encontra amplo espaço em *sites* segmentados, que se definem por ter um foco ou tema principal e abordá-lo por todos os aspectos. Na comunicação de massa na *web*, o jornalismo especializado pode ser encontrado nos portais de grandes jornais na Internet.

Nas últimas décadas, o jornalismo especializado ganhou força dentro da imprensa, devido à tendência de segmentação de interesses, ao aumento do poder aquisitivo da população, que aumentou o consumo de produtos segmentados, e à necessidade de estabelecer uma conexão com os conhecimentos específicos além da “tradução de termos técnicos”. Assim, surgiram subdivisões como jornalismo econômico, científico, político, ambiental e outros, desenvolvidos dentro de editorias específicas e com profissionais cada vez mais atualizados sobre o assunto.

2.4.1 – Jornalismo ambiental

Chama-se jornalismo ambiental a área da profissão jornalística que aborda fatos relativos ao meio ambiente. As pautas envolvem desde furacões, desmatamentos ou iniciativas ecológicas de Organizações não-governamentais (ONGs) e empresariais, até políticas públicas de proteção ambiental, saneamento básico ou reciclagem de lixo.

No mundo, o assunto “meio ambiente” ganhou mais espaço nos jornais após a II Guerra Mundial, entre outros, por conta da devastação produzida pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Na década de 1960, houve o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que abriu espaço para estudos que permitiram antecipar efeitos e determinar ações corretivas eficazes em caso de um acidente com substâncias poluentes envolvendo diferentes ecossistemas.

Em 1968, foi fundado o Clube de Roma, um grupo que tinha como objetivo debater assuntos ligados ao interesse público, especialmente ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Em 1972, este grupo publicou um relatório elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), considerado uma das entidades líderes mundiais em ciência e tecnologia. O relatório, intitulado *Os limites do crescimento*, abordava questões intimamente ligadas aos desenvolvimento da humanidade, como crescimento populacional, energia, poluição e saneamento, entre outros, e apontava que o planeta não suportaria mais o ritmo em que crescia a população, aumentava da poluição e eram consumidos os recursos naturais. *Os limites do crescimento* tornou-se o livro sobre meio ambiente mais vendido de toda a história.

Ainda em 1972, aconteceu em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com o objetivo de redefinir o conceito de desenvolvimento humano, levando em conta todas as questões complexas que envolviam o tema. No documento consolidado na conferência, se estabeleceu o conceito de *desenvolvimento sustentável* e a necessidade de respeito à finitude dos recursos do planeta, repensado os padrões de produção e consumo, e buscando formas de atender às demandas sem comprometer as futuras gerações.

Em 1986, um acontecimento que levou o meio ambiente de volta ao noticiário foi o acidente nuclear da usina de Chernobyl, no norte da Ucrânia. Com a explosão de um reator central, foi liberada uma imensa nuvem radioativa na região, contaminando pessoas, animais e o meio ambiente em uma extensão de 200 mil quilômetros quadrados no continente europeu. O acidente de Chernobyl liberou cem vezes mais radiação do que as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, e colocou em

discussão o uso da energia nuclear, fazendo com que vários países reduzissem ou praticamente extinguissem seus projetos.

Em 1989, era publicado pela Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (formada na conferência da ONU em Estocolmo, em 1972) o relatório *Nosso futuro comum*, que indicava a pobreza dos países ao sul do globo terrestre e o consumismo do norte como principais responsáveis pelas crises ambientais. A comissão recomendou a convocação de uma conferência sobre o tema, o que levou à segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil em junho de 1992, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, que reuniu no Rio de Janeiro (RJ) 179 chefes de Estado de todo o mundo.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi a *Agenda 21*, documento que estabeleceu a necessidade de cooperação de cada país com busca por soluções para os problemas sócio-ambientais – envolvendo governos, empresas e organizações não-governamentais (ONGs) – e a conversão social a novas referências sobre o que é progresso e como desenvolver uma nova forma de planejamento econômico sustentável.

"De fato, o documento tratava de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável – passando por questões como dinâmica demográfica, proteção à saúde, uso da terra, saneamento básico, energia e transportes sustentáveis, eficiência energética, poluição urbana, proteção a grupos desfavorecidos, transferência de tecnologias dos países ricos para os pobres, habitação, resíduos (lixo) e muito mais". (NOVAES, In: TRIGUEIRO, 2005, p.324).

A Agenda 21 foi e continua sendo um dos principais documentos norteadores das ações pelo desenvolvimento sócio-ambiental em todo o mundo.

Outro resultado pós Rio-92 foi o espaço que o tema ambiental ganhou no agendamento da mídia. A gigantesca operação montada para a cobertura do evento levou o assunto de forma ampla e intensa a toda a população. Apesar de, segundo TRIGUEIRO (2005), o assunto ter “decantado” após o evento, uma nova geração de

jornalistas encontrou um ambiente mais arejado e menos preconceituoso para abordar os temas ambientais.

No âmbito estrutural, o meio ambiente também ganhou reforços: nos anos de 1970 e 1980, no Brasil, foram criadas leis para reforçar os mecanismos de gestão do patrimônio ambiental do país. Em 1998, foi criada a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA), com o objetivo de articular de forma eletrônica profissionais especializados ou interessados no tema. Em 2003, foi sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 10.650/03, de autoria do ex-deputado Fábio Feldmann. Ela garante acesso a dados e informações ambientais de Órgãos Públicos, o que contribuiu também para dar mais respaldo ao trabalho do jornalismo que tratava do meio ambiente, contribuindo para a visibilidade do tema.

Pode-se dizer que a questão ambiental foi ampliando sua visibilidade nas últimas décadas. As discussões, iniciadas nos anos de 1960 e 1970, foram se multiplicando e ganhando força com o passar do tempo, ao mesmo tempo em que ações relacionadas ao sustentável passaram a agregar valor às empresas, à administração pública e passaram a ser cultivadas também pelo indivíduo comum, apoiado no ideário da qualidade de vida. A importância que o tema adquiriu dentro da sociedade também teve reflexos em seu agendamento pela imprensa, fazendo com que o tema recebesse mais atenção. Apesar disso, ainda há distinções na forma e espaço com que cada veículo aborda a questão ambiental, em alguns casos, muito aquém da importância que o tema configura.

Na Internet, o espaço é mais amplo, contando com *sites* especializados, onde colaboram tanto jornalistas e interessados, quanto profissionais da área, de ONGs e outros. Já na imprensa tradicional – especialmente no jornal diário – o espaço designado ao tem é restrito. Em muitos casos, as questões ambientais são apenas citadas, funcionando como complemento para outro fato (geralmente político ou econômico) considerado o centro da notícia.

Em relação aos principais pontos falhos na cobertura jornalística – considerando quando o meio ambiente é colocado como foco da notícia – é fundamental apontar a limitação a reportagens sobre belezas naturais ou à cobertura de catástrofes.

Apesar de não fazer parte das mídias abordadas neste trabalho, é importante citar que é na televisão onde acontece uma das maiores distorções. Pelo fato de lidar com a imagem, a tevê possui uma tendência de deslocar seu interesse para assuntos cujas imagens que tenham mais peso junto ao espectador. O resultado é a prevalência de matérias e reportagens – em geral documentários adquiridos de grandes emissoras internacionais – que destacam belezas naturais pelo prisma do exotismo, passando a falsa impressão de que meio ambiente se resume à fauna e flora (TRIGUEIRO, 2005). O catastrofismo é outra tendência da imprensa na cobertura ambiental. Comumente, as catástrofes possuem características que se enquadram nos critérios de noticiabilidade que guiam a imprensa, tornando-as interessantes enquanto notícia.

Outro ponto de discussão é a pouca capacidade de conectar as pautas ambientais ao fenômeno urbano e ao dia-a-dia do indivíduo. Segundo GERAQUE, In: TRIGUEIRO (2005), há falta de nexo entre o problema e a forma de abordagem da imprensa, inexistindo uma cobertura aprofundada e multifacetada.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), intitulada *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*, revelou que mais da metade dos entrevistados não era capaz de identificar problemas ambientais sequer no bairro onde mora. Entretanto, os problemas existem. Segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado em julho de 2009, apenas 49,44% dos brasileiros têm acesso ao saneamento básico (Curitiba: 79,37%. Região metropolitana: 43,4%). (Fonte: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/32911/>. Acesso: 09/07/2009). A população urbana brasileira praticamente triplicou em 30 anos, de 1970 ao ano 2000. Com ela, cresceu também a poluição de carros, de indústrias, a geração de lixo e a falta de saneamento básico – todas elas questões que se enquadram no tema meio ambiente, mas que trafegam entre a economia, a política, a ciência, a cidadania, a saúde etc. Apesar disso,

“o que predomina no noticiário sobre problemas urbanos é a cobertura pontual, com bastante destaque para momentos de crise (desgraças, de preferência) e pouco espaço para análises,

investigações, interpretações e apresentação de novos caminhos". (BELMONTE, In: TRIGUEIRO, 2005, p. 18).

Há, também, a questão da sazonalidade, inerente não apenas aos temas ambientais, mas ao jornalismo de forma geral. Esse aspecto contribui para a cobertura pouco recorrente, sem periodicidade, que tem como consequência a (reduzida) relevância dada ao assunto pela população.

Como destaca VILAS BOAS (2004), é necessário que o jornalismo ambiental desenvolva visão sistêmica e habilidade para estabelecer nexos, percebendo a realidade sob outros aspectos, e adote um enfoque mais ativamente esclarecedor e orientador das ações do público.

Para finalizar, é preciso descaracterizar as possíveis imagens negativas que cercam o jornalismo ambiental, como a publicação de notícias superficiais, os jargões ecológicos e a barreira que confunde a caricatura do profissional militante, idealista (TRIGUEIRO, 2005), com o jornalista ambiental que realiza uma cobertura aprofundada e séria.

3 MEIO AMBIENTE

3.1 - A ERA DO DESCARTÁVEL E A QUESTÃO DO LIXO NAS GRANDES CIDADES

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, em uma definição acadêmica, meio ambiente significa o conjunto de todos os fatores físicos, químicos, biológicos e socioeconômicos que atuam sobre um indivíduo, uma população ou uma comunidade (*Interim Mekong Committee*, 1982).

Um dos problemas ambientais que mais tem crescido – em volume e em preocupação – é a geração de lixo nas grandes cidades.

Lixo é uma palavra que tem origem no latim *lix*, que significa cinzas ou lixívia, e é usada para designar tudo aquilo que se rejeita ou descarta. Com a expansão da industrialização no mundo e os avanços tecnológicos, surgiu a necessidade de ampliar mercados e conquistar potenciais consumidores. Esse consumo popularizado foi incentivado especialmente no século XX, pelo uso de ferramentas de persuasão pelos meios de comunicação de massa. Os cidadãos – que no último século também migraram para regiões urbanas e adquiriram novos hábitos de consumo – tornaram-se os principais alvos dos produtos industrializados e da mídia.

A partir dos anos de 1960, a industrialização se expandiu não apenas nos países desenvolvidos, mas em regiões do globo ainda em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. De acordo com LIMA (2002), a economia mundial crescia, nas décadas de 1950 e 1960, de forma explosiva. Neste período, os Estados Unidos se firmaram como símbolo da sociedade industrial capitalista e, por consequência, do que se passou a chamar sociedade de consumo de massa – caracterizada pela aquisição voraz de produtos materiais, necessários ou supérfluos. Esse fenômeno teve como uma das consequências o aumento descontrolado da geração de lixo em todo o mundo.

Essa também é uma realidade presente no Brasil, que nas últimas décadas viveu um crescimento acelerado. No país, a urbanização levou ao aumento do consumo, da

disponibilidade do descartável e, por consequência à multiplicação da produção e do volume de resíduos. No Brasil de hoje, por exemplo, segundo divulgado pelo *site* especializado Ambiente Brasil, estima-se que a produção anual de lixo esteja em torno de 44 milhões de toneladas.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP), cada brasileiro produz cerca de um quilo de lixo por dia – valor que varia para mais ou menos, de acordo com a cidade, o estado e a região onde vive, e com o poder aquisitivo.

“Uma pessoa gera, durante toda a vida, uma média de 25 toneladas de lixo (considerando que viva entre 65 e 70 anos). Uma montanha de comida, papel, plástico, vidro... apesar de produzir essa quantidade de resíduos, a maioria das pessoas acha que basta colocar o lixo fora da porta de casa e os problemas acabam-se. (...) Os problemas estão só começando, apesar de se afastarem do alcance da vista (ABREU, 2001, p. 17).

Além de restos de alimento e material biodegradável, são descartadas diariamente, toneladas de papel, plásticos, vidros, alumínio e outros materiais que não se decompõem no meio ambiente, causando três graves problemas: o acúmulo de resíduos sólidos, a proliferação de doenças e o desperdício de recursos naturais. Quanto mais industrializado é o país, mais resíduos sólidos ele gera. Da mesma forma, entre as classes sociais de maior poder aquisitivo, há um aumento no consumo de descartáveis e redução do lixo orgânico.

Mas os hábitos alimentares vêm mudando, em maior ou menor grau, em todas as camadas da população. Um maior acesso a industrializados (especialmente congelados) e ao *fast food*, por exemplo, contribuem para o aumento exponencial na produção de lixo em todas as faixas sociais. Além disso, a partir dos anos 80, entrou em voga a substituição de embalagens reutilizáveis ou retornáveis – com grande destaque para o setor de bebidas – por versões em alumínio ou PET, e a sociedade em que vivemos, tornou-se a sociedade do descartável: da noção do provisório, do velho sendo substituído, de forma cada vez mais rápida, pelo novo (LIMA, 2002).

No fim do século XX, com a crescente valorização do conceito da qualidade de vida, os cuidados com o meio ambiente fizeram com que muitas cidades adotassem práticas de preservação ambiental. Uma delas é a coleta seletiva do lixo, que incentiva a separação, ainda na residência do cidadão, entre resíduos passíveis de reaproveitamento e material orgânico, antes do descarte. A vantagem da separação é que os materiais recicláveis aumentam seu índice de reaproveitamento em relação aos resíduos misturados ao lixo orgânico ou rejeitos (como lixo de banheiro), e ampliam a vida útil dos aterros, que deixam de receber esses materiais não-biodegradáveis.

No Brasil, ainda são poucos os municípios que possuem sistema de coleta seletiva, com destaque para as capitais de Estado. No Paraná, a pioneira a implantar a coleta foi Curitiba, entre 1989 e 1992, na gestão do prefeito Jaime Lerner. Com a Campanha do “Lixo que não é Lixo” e a implantação do serviço de coleta seletiva com caminhões especiais, a prefeitura tinha como objetivo firmar a cidade como “Capital Ecológica” do Brasil – imaginário criado na referida gestão e consolidado na seguinte – para gerar projeção e colocar da cidade em destaque pela qualidade de vida oferecida.

O incentivo à separação de resíduos, além de modificar o significado da palavra lixo, que a passou a denotar também matéria-prima – o próprio termo “lixo” foi substituído, em muitos casos, por “resíduo sólido” –, criou uma forte indústria por trás do processo de reciclagem, que envolve desde empresas que fazem a coleta urbana até companhias que compram e beneficiam o material reciclável.

É importante afirmar, porém, que o reaproveitamento não liquida o problema nas cidades, nem exime os municípios de desenvolver formas de gestão do lixo. Uma delas diz respeito ao local onde depositar estes resíduos.

3.2 - O DESTINO DO LIXO – ATERROS E LIXÕES

O acúmulo, manuseio e destinação final do lixo urbano podem ser apontados como alguns dos principais problemas ambientais das grandes cidades.

A responsabilidade pela coleta do lixo é das prefeituras. Em sua política de gestão de resíduos sólidos devem estar previstas soluções para a coleta, o tratamento e a disposição final do lixo.

Segundo CERDEIRA, o lixo caracteriza-se

“em primeiro lugar, como um problema para o ambiente quando seu volume cresce indiscriminadamente (...). Segundo, como um destruidor e desperdiçador de riquezas naturais (...). E, em terceiro, como um problema social, pelos aspectos epidemiológicos que causam inúmeras doenças, as quais se manifestam por agentes patogênicos criados em função do amontoamento de lixo. (CERDEIRA, 1999, p. 70).

Para fazer a disposição do lixo, algumas cidades contam com espaços denominados aterros sanitários (ou controlados). Os aterros sanitários (Fig. 1) são instalações de destino final do lixo, criteriosamente localizados e projetados, para que não prejudiquem o meio ambiente, especialmente o solo e os lençóis subterrâneos. Nesses locais, a entrada é fiscalizada, não sendo permitida a atividade de catação de resíduos.

“Nos aterros sanitários, o lixo deve ser compactado e recoberto. O projeto do aterro inclui como componente uma cerca envolvendo toda a área de operação, guarita, sistemas de drenagem de águas pluviais, e de efluentes líquidos e gases. É necessário também que o projeto seja feito por um profissional capacitado e que tenha licenciamento ambiental para sua implantação e funcionamento. (ABREU, 2001, p. 23).



Fig. 1 – Fonte: www.lixo.com.br. Acesso em 08/07/2009.

Diferentemente do aterro sanitário, o aterro controlado (Fig. 2) representa uma solução intermediária. Os cuidados são apenas com a cobertura e compactação periódica do lixo, o que reduz a proliferação de insetos e o risco de incêndios. O local escolhido também deve contar com uma série de critérios. A água da chuva, por exemplo, deve ser drenada e o lixo compactado com terra e entulhos mais freqüentemente

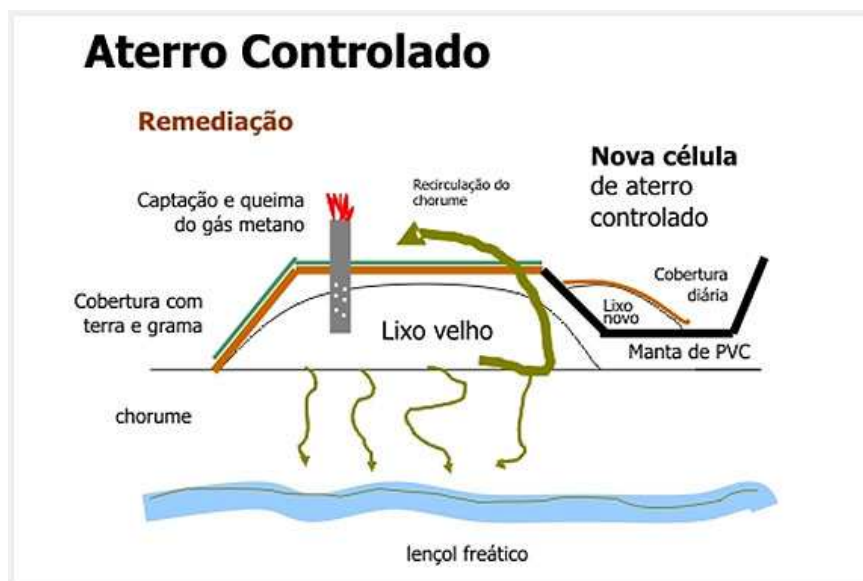


Fig. 2 – Fonte: www.lixo.com.br. Acesso em 08/07/2009.

Segundo o GORE *apud* LIMA (2002), “todas as formas de deposição final de lixo apresentam consequências prejudiciais ao meio ambiente e à saúde da população”. Se a existência de aterros lotados já configura um problema grave – mesmo com todas as precauções tomadas – nada se compara à situação onde os resíduos são depositados em lixões.

Lixão ou despejo a céu aberto, (Fig. 3) é a forma mais prejudicial de deposição de lixo. Em geral localizados distantes dos centros urbanos, os lixões configuram um espaço onde não há qualquer controle sobre os resíduos depositados, o acesso de pessoas, nem são utilizados mecanismos de proteção ambiental ao solo ou lençóis freáticos subterrâneos.

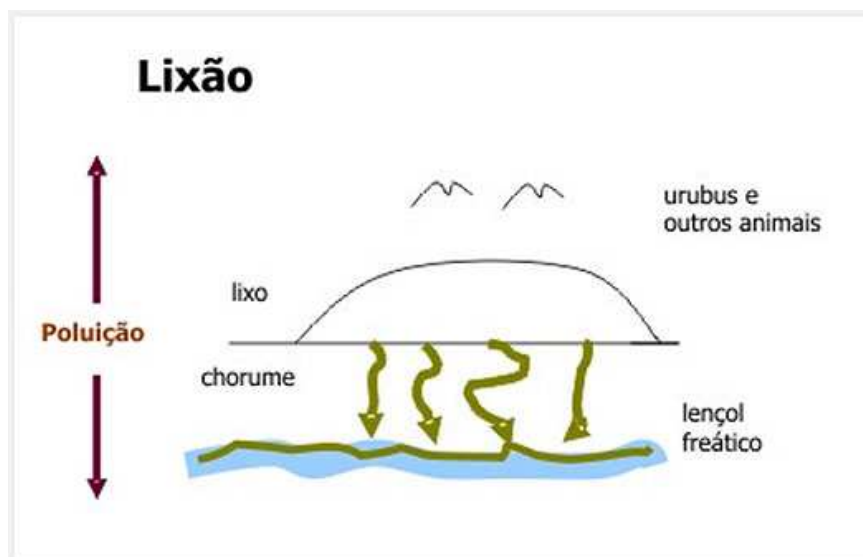


Fig. 3 – Fonte: www.lixo.com.br. Acesso em 08/07/2009.

Nos lixões, a decomposição do lixo origina o chorume – líquido de cor escura e odor forte que possui alto potencial poluidor – que penetra no solo, contaminando águas subterrâneas e rios. Além disso, os gases, também formados na decomposição, provocam explosões e fogo, o mau cheiro é constante e há a proliferação de ratos, moscas e baratas, transmissores de doenças.

Para CERDEIRA (1999), o outro aspecto do problema é social e refere-se ao quadro observado nos lixões, onde catadores se sacrificam para retirar material que poderia ser recolhido com antecedência, pelo processo da coleta seletiva.

3.3 - DE LIXO À MATÉRIA-PRIMA: O PAPEL DO CATADOR

A atividade de catador existe desde a década de 50 e costuma ser realizada por indivíduos de baixa escolaridade, que encontraram nela um meio de sobrevivência. Nos anos 80, esses trabalhadores começaram a se organizar em cooperativas e associações, a fim de melhorar suas condições de trabalho e garantir o fim da

exploração, com uma remuneração justa na venda do material recolhido. A conquista veio no ano de 2002, com o reconhecimento da profissão de catador como categoria profissional, oficializada na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na era do reaproveitamento de resíduos, o catador assume um dos principais papéis como agente da reciclagem, fazendo um elo entre o descarte final e a volta do resíduo sólido ao estágio de matéria-prima. Onde não há coleta seletiva (ou, paralelamente a ela), o catador é responsável pela maior parte do trabalho com os resíduos no ciclo da cadeia produtiva.

“Nas ruas ou nos lixões, os catadores são responsáveis por desviar parte dos “resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passa por intermediários (os chamados ‘atravessadores’) e termina nas empresas de reciclagem de plástico, papel, alumínio e vidro, entre outros. São pessoas que trabalham em condições adversas, em ambiente de alto risco, (...) marginalizados pela população e desconsiderados pelo poder público. (...) Apesar disso, esses trabalhadores informais de ruas e lixões são hoje responsáveis por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem do Brasil, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do mundo” (ABREU, 2001, p. 34).

No Paraná, a atuação dos catadores pode ser vista na grande maioria dos centros urbanos – inclusive em Curitiba, onde a coleta *informal* já foi consolidada e assimilada pela própria prefeitura. Em Paranaguá, cidade do litoral do Estado, os catadores não se concentram nas ruas, mas em um lixão, o Embocuí, onde são descarregados os resíduos de toda a cidade e arredores.

Diferentemente da visão da sociedade, na percepção de um catador, o lixo não possui o significado de sujeira, mas de trabalho; da mesma forma que um lixão não possui caráter de degradação, mas de sobrevivência e, muitas vezes, de “lar”. Esta é também a relação encontrada entre os catadores e o lixão do Embocuí – apesar de o local representar um dos piores quadros em relação ao destino final do lixo do Estado.

3.4 - O LIXÃO DO EMBOCUÍ EM PARANAGUÁ (PR)

3.4.1 - A cidade

Paranaguá localiza-se no litoral paranaense, às margens da baía de mesmo nome, a 91 quilômetros de Curitiba, e tem como acesso principal (a partir da capital) a BR-277 e, depois, a PR-407. Batizada com um nome que significa “mar redondo”, em tupi-guarani, a cidade surgiu na metade do século XVI e foi elevada à categoria de vila em 29 de julho de 1648. É, portanto, considerada a cidade onde nasceu o Paraná.

Hoje, Paranaguá abriga o porto Dom Pedro II (ou porto de Paranaguá), maior exportador de grãos do Brasil e grande escoadouro, entre outros, da produção agrícola do Estado. Além da atividade portuária, destacam-se na região o comércio, as indústrias e o extrativismo. Com uma área de mais de 825 mil quilômetros quadrados e uma população de cerca de 130 mil habitantes (segundo dados de 2007 do IBGE), a cidade também tem no turismo uma importante atividade econômica. As ladeiras de pedra, a arquitetura colonial do casario e igrejas, a comida típica, as festas culturais ou religiosas e as belezas naturais atraem em média 600 mil visitantes por ano. (Dados da Fundação Municipal de Turismo – Fumtur).

Paranaguá, porém, também sofreu os efeitos do crescimento desordenado, a partir da década de 1990, com ocupações irregulares ao longo da PR-407. A ocupação do perímetro urbano em função das migrações, por um lado, aumentou o número de habitantes nas camadas sociais pobres e, por outro, contribuiu para o aumento dos problemas de saneamento, entre eles, a questão do lixo.

Atualmente, os resíduos sólidos urbanos coletados em Paranaguá são depositados no lixão do Embocuí, localizado na Colônia Santa Rita, que se encontra no Distrito Industrial de Paranaguá, também denominado Embocuí, a oeste do perímetro urbano do município. O lixão ocupa uma área de mais de 600 mil metros quadrados, perdurando por mais de trinta anos e sob a responsabilidade da Prefeitura de Paranaguá. (CERDEIRA, 1999, p. 143).

Como já mencionado anteriormente, a responsabilidade pela coleta urbana é da prefeitura de cada município, que deve prever em sua política de gestão formas eficazes de tratamento e disposição final do lixo.

Seguindo o exemplo de outras cidades brasileiras (e da própria capital do Paraná), em 2007, Paranaguá *começou* a implantar um sistema de coleta seletiva, mas com poucos resultados efetivos, e continua sem dar solução ao destino final do lixo, que atualmente é despejado no Embocuí.

3.4.2 - O lixão

A origem do lixão do Embocuí data de 1973. Segundo CERDEIRA (1999), neste período, era comum que particulares pedissem à prefeitura que colocassem resíduos em suas terras, para usufruírem das vias de acesso construídas para esse fim. Quando, na década de 70, os proprietários não mais quiseram fazer de suas terras lixões, a Prefeitura começou a transferir os resíduos de Paranaguá – já em pleno desenvolvimento, em função das atividades do porto – para o lugar denominado Embocuí.

Hoje, o local, apesar de afastado do porto e das áreas mais desenvolvidas da cidade, (ver Fig. 4), tem como vizinha uma fábrica da empresa de alimentos Sadia. Em 2008, ano em que completou 35 anos de existência, o lixão contava com 24 alqueires (cerca de 600 mil metros quadrados) e 120 famílias de catadores sobrevivendo da coleta de matéria reciclável – muitos deles com barracos construídos sobre as montanhas de lixo.



Fig. 4 – Mapa de Paranaguá (PR). Fonte: <http://maps.google.com.br>. Acesso em 08/07/2009.

Em vermelho, a região onde fica o Embocuí. Vale ressaltar que o destaque não corresponde ao tamanho do lixão, apenas indica em que área se localiza.

Diariamente, o local recebia 130 toneladas de resíduos. Na estrada de chão que leva ao Embocuí, era comum o tráfego de caminhões da coleta pública, que despejavam o lixo no local. Mais adiante, na entrada, era possível encontrar barracas de lona, onde catadores se abrigavam ou guardavam o material separado para vender posteriormente. Na parte interna, duas áreas recebiam os resíduos: os caminhões primeiro faziam o descarregamento em uma delas por determinado tempo. Os catadores concentravam-se nessa área enquanto ela recebia resíduos e, depois que estivesse lotada, caminhões e pessoas passavam para o lado contrário. Após algum

tempo, tratores depositavam terra sobre os resíduos na primeira área utilizada e compactavam o local, deixando-o apto a receber lixo novamente e continuar o revezamento.

De acordo com LIMA (1991) *apud* CERDEIRA (1999), o Embocuí é um “aterro controlado” – onde é depositado o lixo e depois são colocadas camadas de terra. Mas, além de o processo ser realizado de forma aleatória, no local, a maior parte dos resíduos fica a céu aberto. Não há canaletas de captação de chorume, tanques de decantação ou de tratamento. Também não há sistemas para a liberação do gás originado pela decomposição. Há apenas o processo de compactação e posterior cobertura.

Além de oferecer risco direto de saúde aos catadores, o lixão também causa a degradação do meio ambiente e leva problemas a toda a região. As centenas de toneladas de detritos que recebe de Paranaguá e da Ilha do Mel diariamente contaminam o lençol freático e a baía da cidade. O local apresenta um dos piores quadros do Estado – tendo sua vida útil expirada há alguns anos. Entretanto, continua recebendo lixo doméstico, industrial e hospitalar, entre outros (exceto o do porto, coletado no local e de responsabilidade do Governo do Estado).

Há cerca de 10 anos, o Embocuí vive a possibilidade de desativação. Em 2005, foi assinado um protocolo entre a Petrobras e o Governo do Estado para a construção de um aterro sanitário regulamentado em Paranaguá, no distrito de Alexandra. Em outubro de 2008, segundo divulgado pela Secretaria de Meio Ambiente de Paranaguá, a área do Embocuí estava sendo cercada para evitar a entrada de catadores. Também foi divulgado que valas estavam sendo construídas para o chorume produzido pela decomposição dos dejetos, além da cobertura do material.

Durante as pesquisas para esta monografia, em 2008 e 2009, tentei contato várias vezes com a prefeitura de Paranaguá e a secretaria de Meio Ambiente, mas predominantemente sem sucesso. Quando o assunto Embocuí era mencionado, as pessoas indicavam que não poderiam passar nenhuma informação. Em alguns casos, sugeriam que eu procurasse outras áreas responsáveis, mas que também não deram retorno sobre a questão. No único contato em que consegui obter alguma informação,

em conversa telefônica ocorrida em junho de 2009, uma engenheira da área ambiental de Paranaguá me informou que o Embocuí foi “fechado” no fim de 2008. O local estaria cercado e não permitiria mais a entrada de catadores. Além disso, estariam sendo construídas no local canaletas para o escoamento do chorume (líquido escuro, contaminante e de odor forte, gerado pela decomposição do lixo). A mesma engenheira – que me passou as informações extra-oficialmente – comunicou que, apesar de “fechado”, o local continuaria recebendo lixo até que o novo aterro da cidade ficasse pronto.

Após a finalização desta monografia, em julho de 2009, procurei um membro da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná (Suderhsa), para confirmar a situação informada pela engenheira e as condições do Embocuí. Houve uma perícia no local, a pedido do Ministério Público, e as informações que recebi de umas das peritas foram as seguintes: hoje, a área total do lixão é de 48ha, mas somente 30% desta área está sendo usada. Além disso há fiscais no local.

Os resíduos sólidos são depositados a céu aberto e não é feita a cobertura do mesmo com uma camada de terra periodicamente. Em alguns pontos há uma camada de terra misturada ao lixo, o que indica uma cobertura parcial e aleatoriamente definida. Verificou-se nessa vistoria que foi feita uma vala ao redor da área do lixão, na tentativa de formar uma contenção, vala que atualmente ainda está incompleta.

Durante a vistoria também houve um levantamento dos catadores trabalhando no lixão, sendo contadas aproximadamente 30 pessoas – alguns adolescentes.

Mesmo com o fato de o lixão do Embocuí se localizar em uma cidade de importância estratégica para o Estado – inclusive, próxima a regiões de preservação ambiental – e de constituir um problema de saúde pública, não foi encontrada qualquer matéria na imprensa eletrônica ou impressa noticiando o seu fechamento. Também não há informações sobre a atual situação ambiental do lugar e a que riscos ela expõe a população; quais são os projetos e prazos para recuperação da área; onde e como vivem as famílias que tinham o lixão como fonte de renda.

4 O EMBOCUÍ NA IMPRENSA PARANAENSE – ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES EM JORNAIS LOCAIS E INTERNET

A presente monografia tem como objetivo a análise de matérias publicadas sobre o Embocuí, com base na fundamentação teórica aqui colocada. Considerando o tempo total, as 15 matérias compreendem um intervalo entre os anos de 1999 e 2008 – considerando que é de 1999 a matéria mais antiga encontrada (origem impressa). Apesar de haver publicações no ano de 2009, as matérias mais recentes avaliadas se limitam a 2008 (origem eletrônica), pois o objetivo era poder avaliar as matérias publicadas durante o último ano inteiro.

Como já colocado anteriormente, para a realização deste trabalho foram analisadas as matérias sobre o lixão do Embocuí disponíveis no arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, material arquivado no setor de assuntos ligados ao Estado, em quatro pastas agrupadas sob o tema Paranaguá. Não há uma subdivisão específica sobre o Embocuí para a consulta, por isso, foi necessário buscar entre todas as matérias sobre a cidade (a mais antiga delas datada de 1971) as que se referiam ao lixão. Os oito exemplares encontrados neste arquivo foram publicados nos principais jornais paranaenses entre os anos de 1999 e 2007. É fundamental salientar novamente que, apesar de não encontradas neste arquivo, é possível que o Embocuí tenha sido tema de matérias impressas anteriores a 1999 ou posteriores a 2007, mas o objetivo foi consultar estritamente o conteúdo desse arquivo.

Este trabalho analisa também matérias encontradas na Internet, pesquisadas por meio do sistema Google, o mais utilizado sistema de buscas do ambiente virtual, com 49,2% da fatia de pesquisas entre os internautas (dados de 2006 da *Nielsen Media Research*, uma das mais respeitadas empresas de pesquisa de mercado no mundo). A busca de informações foi feita por palavras como “lixão”, “Embocuí” e “Paranaguá”, e combinações. O critério utilizado foi filtrar todo o material encontrado, considerando para análise exclusivamente os que resultavam de publicações feitas pelos jornais paranaenses em seus portais (matérias no formato jornalismo *online*) ou desenvolvidos e publicados em *sites* ligados ao poder público, como da prefeitura de Paranaguá ou do

Ministério Público, além de textos feitos pela Agência de Notícias do Estado. Ou seja: matérias feitas pela imprensa ou que servem como sugestão de pauta e fonte de informações para matérias jornalísticas. Essa filtragem originou sete textos finais da *web*, que, somados aos impressos, formam um total de 15 matérias analisadas neste trabalho:

4.1 - MEIO IMPRESSO

Foram analisadas publicações encontradas disponíveis para pesquisa no acervo de notícias sobre a cidade de Paranaguá da Biblioteca Pública do Paraná (BPP), em consulta realizada em julho de 2008 e repetida em abril de 2009. Lá estão armazenadas em quatro pastas as matérias sobre a cidade de Paranaguá, veiculadas nos principais jornais do Estado desde 1971. Não havia critério de organização interna das pastas, seja por data de publicação das matérias ou por veículo, por isso, foi necessário verificar as matérias uma a uma. Foi dessa necessidade que surgiu a percepção de que cerca de 1/3 do conteúdo arquivado se relacionava com o tema turismo em Paranaguá, cabendo ao restante os mais variados temas, como política, saúde, porto, serviços, fatos gerais (criminalidade, comércio etc.), além das publicações sobre o próprio Embocuí.

Este acervo da Biblioteca Pública do Paraná é formado por matérias recortadas dos jornais (sistema de *clipping*). Elas são afixadas em cartolina formato A4 e em seu topo são anotadas a data de publicação e o nome veículo – há casos também em que a página inteira do jornal é arquivada, não necessitando ser afixada em outra folha. Entre as cerca de cem matérias disponíveis sobre a cidade, apenas oito se referiam ao Embocuí. Entre elas, a mais antiga data de 1999 e a mais recente de 2008, não sendo possível saber “se” e “como” o tema era abordado fora desse intervalo. É possível

imaginar que, ou houve falha no processo de *clipping* por parte da BPP, ou não existiram publicações impressas sobre o Embocuí fora desse período de tempo.

Os títulos analisados, datas de publicação e veículos foram os seguintes:

Título da matéria	Jornal	Data de publicação
Lixão põe em risco área de mangue e preservação	Folha do Paraná	07/04/1999
Depois de 32 anos, lixão de Paranaguá será extinto	O Estado do Paraná	18/03/2005
Paranaguá terá novo aterro em 2006	Gazeta do Povo	08/07/2005
Porcos e vacas são retirados de lixão	Gazeta do Povo	16/07/2005
Lei da coleta	O Estado do Paraná	01/02/2006
Catadores voltam ao lixão de Paranaguá	O Estado do Paraná	13/01/2007
Paranaguá implanta coleta seletiva	O Estado do Paraná	30/03/2007
Método japonês recupera solo de aterro sanitário	Gazeta do Povo	06/04/2007

4.1.1 – Periodicidade

Começando a análise pelas datas, percebe-se que não há regularidade na cobertura do assunto.

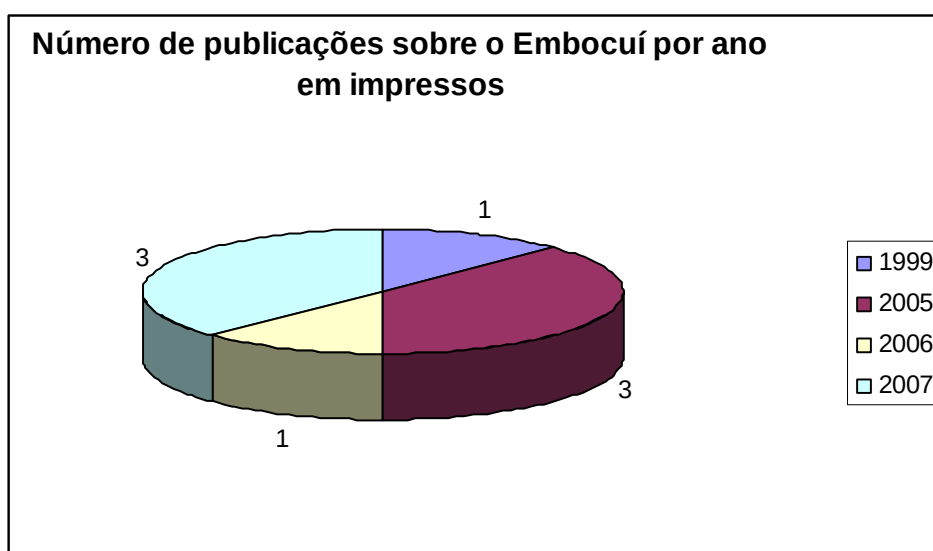
A primeira matéria foi publicada em 1999 e a próxima veio apenas seis anos mais tarde (2005).

No ano de 2005, houve a possibilidade da desativação do lixão, por isso, três matérias ganharam espaço nos grandes jornais paranaenses, mostrando sazonalidade na cobertura.

Apesar de a cidade não receber o novo aterro em 2006 (como previsto nas matérias publicadas), não houve por parte da imprensa um acompanhamento jornalístico da proposta ou a verificação de sua realização em 2006. Apenas uma matéria data de 2006, e tem como foco a coleta seletiva na região.

Em 2007, o lixão voltou a ganhar as páginas dos jornais, colocando em destaque retorno dos catadores para o local, apesar da coleta seletiva implantada na cidade.

Não constava no arquivo da BBP nenhuma publicação dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2008.



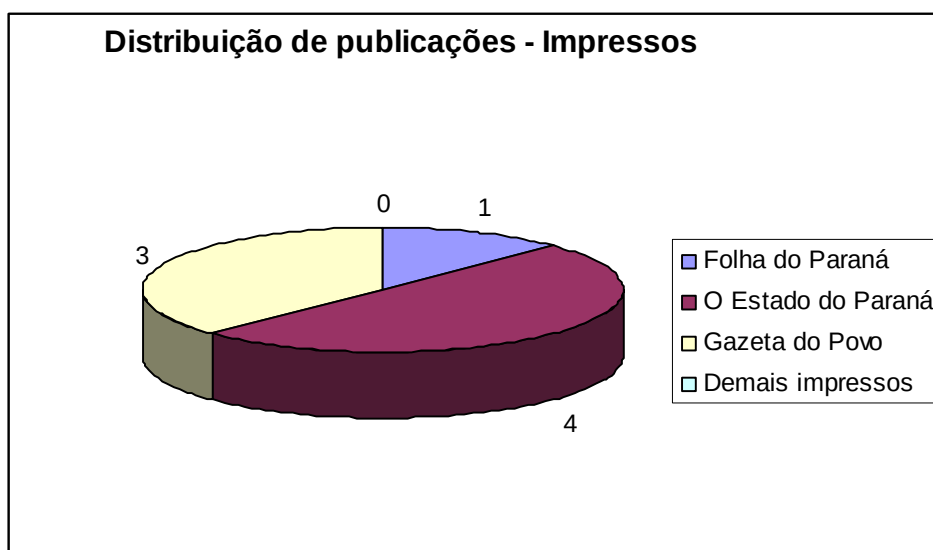
Autor: Fernanda Nogas

Segundo a hipótese da *agenda-setting*, existe uma relação entre a intensidade com a qual um fato é coberto pelos meios de comunicação e como isso influencia o nível de relevância dele perante o público. Logo, a mídia possui a capacidade de evidenciar um determinado assunto e torná-lo importante para a sociedade, ou não. Quanto maior a intensidade e a repetição de um fato dentro da imprensa, mais relevância ele toma frente ao público. Por outro lado, se o assunto não está na mídia, o público em geral não toma conhecimento sobre ele.

Pelas publicações analisadas, nos últimos dez anos houve curtos períodos em que o assunto ganhou lugar dentro da imprensa. Em geral, a periodicidade foi espaçada, dando pouca evidência ao Embocuí, o que refletiu em um desconhecimento do assunto dentro da sociedade.

4.1.2 – Cobertura

Analisando os meios onde o assunto foi publicado, é possível detectar que o interesse sobre o lixão demorou mais para atingir o maior jornal do Paraná. A primeira publicação da *Gazeta do Povo* é apenas de julho de 2005, depois de o *Jornal do Estado* e o *Estado do Paraná* já terem dado visibilidade ao assunto. Apesar do início tardio, três das oito matérias são assinadas pela *Gazeta do Povo*. Entretanto, a maior cobertura em número de matérias foi de *O Estado do Paraná*, com quatro das matérias. O *Jornal do Estado* teve apenas uma publicação, a mais antiga do arquivo, que data de 1999.



Autor: Fernanda Nogas

Em relação à autoria das matérias, pode-se fazer uma comparação entre a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. No caso do *Estado do Paraná*, a mesma jornalista (Elizangela Wroniski) foi a responsável por todos os quatro textos publicados sobre o Embocuí. Já na *Gazeta do Povo*, cada uma das três matérias foi assinada por um profissional diferente (Aniela Almeida, Tatiana Duarte e Carlos Ohara).

É evidente que a autoria de uma mesma jornalista no caso de *O Estado do Paraná* não caracteriza necessariamente uma forma de *jornalismo especializado*. A hipótese mais provável é de o assunto fazer parte de determinada editoria, coberta pela referida jornalista e, pelo número enxuto de profissionais nas redações, o assunto Embocuí tenha sido coberto pela mesma profissional.

É válido informar que, nesta comparação de autoria, foi desconsiderada a matéria da Folha do Paraná, por ter apenas uma publicação e, portanto, somente um autor em questão.

4.1.3 – Características inerentes ao meio

Em relação à estrutura, após a popularização da Internet, o jornal impresso precisou buscar novos rumos e um deles foi o aprofundamento dos assuntos abordados, com a apresentação de desdobramentos, indo além da tarefa de apenas noticiar o fato. Segundo avaliado nas notícias do Embocuí, porém, não é o que acontece.

Primeiramente, não há nas coberturas qualquer elemento que as identifique como jornalismo especializado, apesar de meio ambiente e assuntos ligados à cidadania interferirem tanto na rotina da população quando economia ou política.

Em segundo lugar, o aprofundamento esperado de um veículo impresso – uma das mais importantes características adotada após o fortalecimento da Internet – também não foi encontrado. Entre os textos, o foco mais comum é a amplitude. Todos

se caracterizam por mostrar vários abrir um leque amplo de aspectos, mas que foram apenas *citados* em vez de *explicados*, conforme pode ser visto nos exemplos abaixo:

“Um convênio assinado ontem entre a Petrobras e o governo do estado, por meio da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Sudersha), garantirá o repasse de R\$ 2 milhões para a implantação de um novo aterro sanitário em Paranaguá. O lixão do Embocoí é um dos principais problemas de disposição de resíduos sólidos no Paraná, segundo o secretário Estadual do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida. “Além de ficar a céu aberto, o lixão não permite o controle da produção de chorume”, disse.

De acordo com o governador Roberto Requião, a obra está orçada em aproximadamente R\$ 2,6 milhões e o governo do Paraná completará o restante do custo do lixão: “um cálculo inicial aponta para R\$ 600 mil, mas pode chegar a R\$ 1 milhão. O importante é que Paranaguá terá o problema do lixo resolvido” (GAZETA DO POVO, 08/07/2005).

Apenas nos dois primeiros parágrafos da matéria “Paranaguá terá novo aterro em 2006”, é possível encontrar mais informações sobre o novo aterro, que ainda era um projeto, do que sobre o atual, que causava problemas imediatos à população. Os fatos que chegara ao leitor apontaram o Embocoí como o pior quadro de deposição do Estado colocando como justificativa disso apenas o fato de ser a céu aberto e não permitir o controle do chorume. Problemas como a contaminação do solo e do lençol freático da região não aparecem, da mesma forma que em momento algum são descritos que tipo de detrito é depositado no local, ou os riscos e prejuízos a que esse lixão expõe a população. Também não se preocupa em esclarecer sequer as informações publicadas como as diferenças entre o lixão atual e o aterro sanitário que se pretende construir, ou do que se trata o chorume, termo que não faz parte do conhecimento comum da população.

Já na matéria “Porcos e vaca são retirados do lixão”, fica claro, além do não-aprofundamento, o desconhecimento do assunto abordado, como pode ser visto no parágrafo abaixo:

“A Secretaria do Meio Ambiente de Paranaguá, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e a Vigilância Sanitária do Estado, começou a recolher animais que eram alimentados

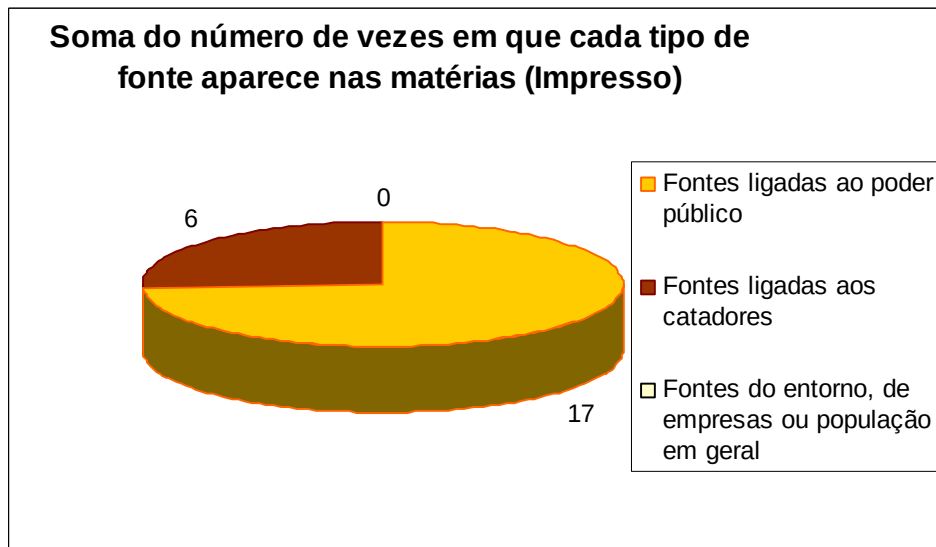
dentro do aterro sanitário do Embocoí, no litoral do estado, onde crianças foram flagradas pelo Ministério Público do Trabalho disputando lixo com urubus. Até agora, 90 porcos e uma vaca foram apreendidos na Vila Santa Maria, comunidade vizinha ao depósito. A ação contou com o reforço de quatro policiais militares e causou revolta entre os donos dos bichos”. (GAZETA DO POVO, 16/07/2005).

Além de tratar o lixão do Embocuí como um “aterro sanitário”, desconhecendo a diferença de nomenclatura, a matéria (nem no parágrafo supracitado nem em nenhum outro ponto) esclarece que famílias inteiras habitam o lixão, e que esta é a origem, por exemplo, das crianças ou dos animais citados. Não há na matéria qualquer descrição sobre o local, a quantidade de famílias que lá se encontram ou a que tipo de doenças elas estão expostas. Por fim, a matéria não faz qualquer relação entre o lixão e os problemas trazidos para Paranaguá (e, portanto, para seus cidadãos).

4.1.4 – Fontes

Em relação às fontes (no jornalismo, pessoa de quem se obtém informações), não houve a pluralidade que a atividade jornalística tem como premissa.

A onipresença se deu em relação a fontes oficiosas, ligadas ao poder público. Das oito matérias, apenas três não se limitaram ao uso de fontes oficiais e deram espaço a pessoas ligadas à catação no local. Por outro lado, em nenhuma delas há um terceiro tipo de fonte – seja um representante da população do entorno, de empresas da região ou da população da cidade em geral, passando a impressão de que a questão do lixão afeta apenas setores da administração pública ou quem vive da catação de resíduos, sem ter relevância para o restante da cidade.



Autor: Fernanda Nogas

O gráfico acima mostra a soma do número de vezes em que cada tipo de fonte apareceu nas matérias. No total, fontes ligadas ao poder público aparecem 17 vezes com declarações nos textos. Fontes ligadas aos catadores são vistas apenas seis vezes, distribuídas em três das oito matérias. Já fontes relacionadas à população em geral ou do entorno e a empresas não foram consultadas em nenhuma das matérias. Desta forma, fica clara a tendência da grande imprensa paranaense de representar o meio oficial em detrimento de outros públicos envolvidos com o assunto publicado.

Outro aspecto importante é o fato de, nas matérias onde aparece um segundo tipo de fonte (no caso, o catador), ele é sempre colocado do meio ao fim da matéria, muito longe do *lead*, trecho inicial correspondente ao primeiro parágrafo, onde são respondidas as principais questões do texto: *Quem?; Quê?; Como?; Quando: Onde? Por quê?*. Portanto, identifica-se a tendência de hierarquização das fontes, com prevalência sobre as oficiais, que têm maior peso dentro da matéria e que direcionam a forma como ela será estruturada – em geral colocando no primeiro parágrafo o gancho político que servirá de foco para a matéria. Abaixo, é possível analisar uma das matérias que possuem catadores como fonte. A matéria foi publicada pelo jornal *O Estado do Paraná* em 18/03/2005 sob o título “Depois de 32 anos, lixão de Paranaguá será

extinto”. É possível apontar entre nove parágrafos da matéria qual é a informação principal, qual é a ordem de hierarquização das fontes:

Finalmente o problema do lixão em Paranaguá vai ser resolvido. O governo do Estado e a Petrobras assinaram ontem um protocolo de intenções para a construção de um aterro sanitário na cidade. Hoje são despejados no local 109 toneladas de detritos e o material contamina o lençol freático e a Baía de Paranaguá. Na obra vão ser gastos R\$ 2,6 milhões, sendo R\$ 2 milhões da Petrobras e o restante do governo estadual.

Há mais de 30 anos que todo o lixo da cidade de Paranaguá e da Ilha do Mel é depositado no local. A vida útil do lixão já expirou há muito tempo, mas nada havia sido feito até agora. Segundo o secretário de Estado do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, o lixão apresenta as piores condições do Paraná. Para lá vão detritos domésticos, industriais e até hospitalares. A área de 50 mil metros quadrados vem sendo utilizada desde 1973 e não possui tratamento adequado, causando degradação ambiental e problemas de saúde aos moradores.

Mesmo sem capacidade para receber mais lixo, o local vai continuar recebendo os materiais por mais dois anos. O cronograma de implantação do aterro prevê que a obra fique pronta só no final de 2006. De abril até novembro deste ano será feito o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). O documento vai indicar a melhor área para construir o aterro e a aquisição do terreno deve ocorrer nos dois primeiros meses de 2006. Para a compra da área estão reservados R\$ 100 mil. De março a junho de 2006 será elaborado o projeto de construção e em julho as obras devem começar.

Já a recuperação da área onde hoje é o lixão vai ficar a cargo da Prefeitura de Paranaguá. “Aquilo ainda vai continuar poluindo. É preciso recuperar a área”, fala Cheida. Segundo ele, a destinação dos resíduos sólidos é de responsabilidade do poder municipal e o governo do Estado já está colaborando na construção do aterro.

A construção do aterro sanitário faz parte do Programa Desperdício Zero, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente e que tem como meta eliminar os lixões a céu aberto existentes no Estado e reduzir em 30% o volume de lixo produzido.

Se por um lado o lixão representa um problema para o meio ambiente e para a saúde, por outro é a fonte de renda de pelo menos 40 pessoas. Todos os dias elas vão até o local recolher o lixo para vender. O lugar apresenta um cheiro insuportável, capaz de provocar enjôo em quem chega ali pela primeira vez. Mesmo assim, não desanima os catadores que dividem espaço com as moscas e urubus. Toda vez que uma caçamba chega cheia de detritos todos correm para tentar garantir o material. Alguns nem esperam o carro parar e sobem no veículo puxando o que interessa.

Rosicler Alves, 29 anos, e o marido conseguem sustentar a família com o que tiram dali, papéis, plásticos, latinhas. “Não tem emprego. Aqui consigo pagar a água e a luz e comprar comida”, revela.

A mãe dela, Isaltina Alves, 54 anos, também se sustenta com o que cata ali. “Trabalhava de diarista em Curitiba, mas não conseguia pagar o aluguel”, diz. Há sete anos a família sobrevive do lixão. Rosicler gostaria que a Prefeitura criasse mais empregos para que ela pudesse abandonar a atividade.

Isabel dos Santos Martins, 33 anos, começou a freqüentar o lugar há 15 dias. “Meu marido faz carreto e vim aqui para reforçar a renda”, conta. Ela acha que com o material que conseguiu vai ganhar uns R\$ 60. Depois que o lixão fechar, não sabe como vai ajudar nas despesas. (O ESTADO DO PARANÁ, 18/03/2005).

No primeiro parágrafo já se identifica a natureza política da matéria, vinculada a uma ação do governo do Estado (a assinatura do protocolo de criação de um aterro). Já no segundo parágrafo, algumas informações sobre o lixão atual são colocadas e recebem a chancela de uma citação do secretário de Estado do Meio Ambiente (poder público). No quarto parágrafo, mais uma declaração do secretário valida as informações colocadas na matéria.

Apesar de ser um dos poucos textos que dá voz aos catadores do Embocuí, o que pode ser considerado um ponto positivo, a matéria só coloca a declaração destas pessoas no sétimo, oitavo e nono (último) parágrafo, fazendo com que funcione como um mero complemento. Em nenhum ponto do texto, esta fonte é colocada como a

principal afetada pela construção do novo aterro sanitário ou suas declarações são hierarquizadas de forma que demonstre isso. Além disso, os parágrafos onde aparecem as declarações das catadoras são visivelmente mais curtos, aparecem desconectados do restante das informações da matéria e não abrem possibilidade para desdobramentos.

Por fim, esta matéria também declina do dever jornalístico de ouvir todas as partes interessadas em um assunto. Assim como nos demais casos analisados, este texto não traz a opinião de um cidadão parnanguara, seja do entorno ou não, do representante de alguma das empresas da região, apontado os prós e contras da existência do lixão atual ou do novo aterro em desenvolvimento.

Abaixo, encontra-se a análise feita nos textos de Internet. As características de conteúdo de ambos os meios serão colocadas mais à diante.

4.2 - MEIO ELETRÔNICO

Foram analisadas publicações na Internet sobre o lixão do Embocuí, feitas nos portais dos principais jornais do Estado e de órgãos oficiais do Estado: Agência de Notícias do Estado, Ministério Público, Governo do Estado e da Prefeitura de Paranaguá. As matérias analisadas em meio eletrônico são mais recentes do que as de meio impresso, e datam do período entre 2005 e 2008.

A principal dificuldade foi identificar o que era publicação apenas de Internet e o que eram as matérias publicadas no meio impresso e “arquivadas para consulta” no meio eletrônico. Pelo fato de haver conhecimento prévio das matérias impressas, foi possível uma identificação mais precisa. No caso de *O Estado do Paraná*, todas as matérias encontradas, já haviam sido previamente publicadas em versão impressa.

Outra dificuldade foi avaliar as publicações feitas em meios não-jornalísticos, como os *sítes* oficiais da Prefeitura e do Governo do Estado. Mas o material foi mantido

por entender que se trata de informação que usada de fonte na pesquisa jornalística para a produção de matérias.

Nesta monografia, são analisadas sete publicações de meio eletrônico. Os títulos, datas de publicação e veículos foram os seguintes:

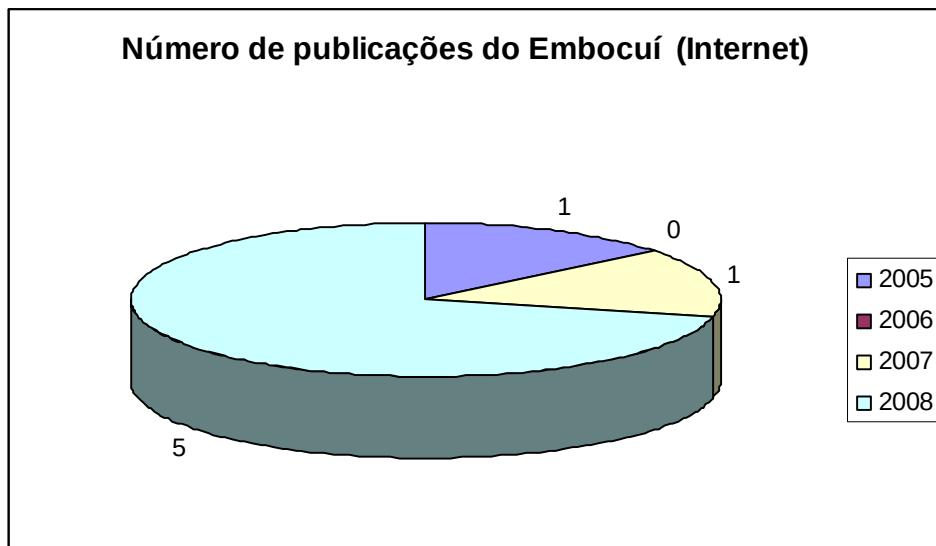
Título da matéria	Site de origem	Data de publicação
Lixão do Embocuí é um dos principais problemas de disposição de lixo do Estado	http://www3.pr.gov.br/meioambiente/noticias/porta/noticiascomp/letas.php?noticiabanco=649 .	07/07/2005
Governo faz estudo ambiental para construção do aterro sanitário em Paranaguá	http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=26695	05/03/2007
IAP multa prefeito de Paranaguá	http://www.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=734509	02/02/2008
Prefeito de Paranaguá é multado em R\$ 5 mil por dia	http://www.rpc.com.br/gazetadopovo/parana/conteudo.phtml?id=735208	05/02/2008
A luta por comida no Lixão do Embocuí	http://200.189.113.39/mppr/noticiamp.nsf/9401e882a180c9bc03256d790046d022/fabfaee35982e9cd832573e700695db8?OpenDocument	05/02/2008
Conselho do Meio Ambiente se reúne para tentar resolver problema de lixo	http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=16	13/10/2008
Baka decreta área para Aterro Sanitário de utilidade	http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=22	16/10/2008

4.2.1 Periodicidade e cobertura

Em relação às datas de publicação, percebe-se, como no meio impresso, a falta de regularidade na cobertura do assunto. Não foram encontradas matérias de 2004 ou anos anteriores.

A Internet se popularizou no Brasil na década de 1990. Em 1995, a *Gazeta do Povo*, por exemplo, já publicava seu noticiário no meio virtual. Apesar disso, dentro da presente pesquisa realizada sobre o Embocuí, o primeiro texto encontrado data apenas de 2005 – ou seja, dez anos depois do início do movimento do jornalismo *online* no Estado.

Houve uma matéria encontrada com data de 2005; nenhuma datada de 2006; em 2007, também foi encontrada apenas uma matéria; e as cinco restantes foram publicadas no ano de 2008.



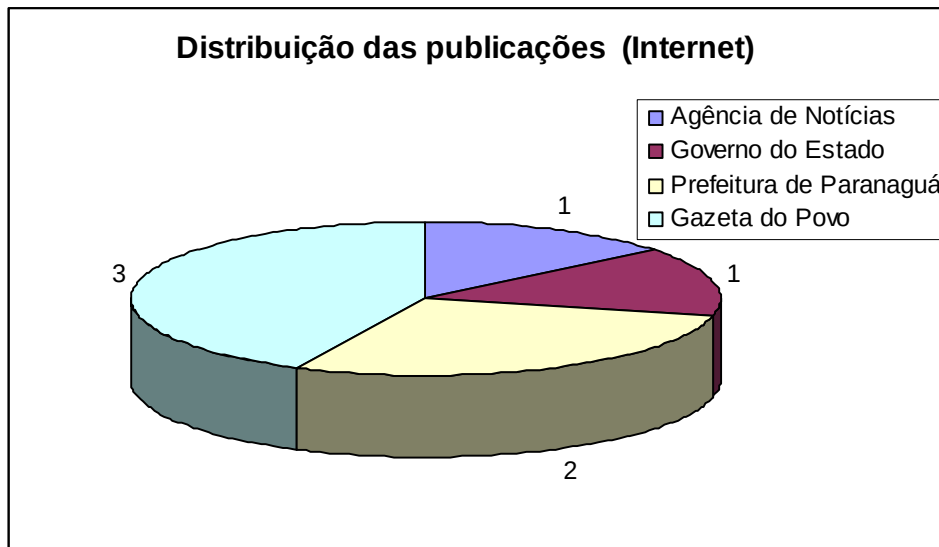
Autor: Fernanda Nogas

O destaque em 2008 deve-se ao fato de que o problema do Embocuí teve consequências diretas sobre a pessoa do prefeito de Paranaguá (que passou a receber multa diária pela existência do lixão), apressando medidas de fechamento do Embocuí.

É clara a disparidade entre os intervalos de publicação dos textos. No caso das produções de 2008, um dos fatos que serviu de gancho para o assunto ganhar a imprensa foi a punição pessoal recebida pelo prefeito de Paranaguá devido à existência do lixão (ele seria multado pessoalmente em cinco mil reais por dia até o problema ser resolvido). Neste caso, além da motivação política (publicar um fato originado na esfera pública estadual), o assunto ganhou visibilidade por sua característica de “improbabilidade” (a *pessoa do prefeito* receber a multa, em vez de a mesma ser aplicada à prefeitura), o que ampliou a noticiabilidade informação. Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo (2001), a improbabilidade é o segundo critério de noticiabilidade mais importante no jornalismo. Ou seja, neste caso, a transformação da informação em notícia, muito antes de ter relação com o problema ambiental provocado pelo Embocuí, foi motivada por um fato pontual, que potencializou as chances desse fato de despertar a curiosidade do leitor.

Por outro lado, independentemente da motivação, as matérias fizeram com que o tema Embocuí ganhasse mais evidência e visibilidade em 2008. Essa evidenciação foi feita pelo meio jornalístico, que colocou o assunto na “ordem do dia”, mas teve como consequência a necessidade de os órgãos oficiais também se pronunciarem e publicarem matérias a respeito. Pela hipótese da *agenda-setting*, que sustenta que um assunto ganha relevância perante o público quanto mais aparece na imprensa, o Embocuí teve especial destaque durante o ano de 2008.

Não foram encontradas matérias publicadas pelos demais jornais paranaenses, apenas pela Gazeta do Povo. Conforme o gráfico abaixo, houve uma matéria publicada pelo Governo do Paraná; uma matéria da Agência de Notícias do Estado; duas da Prefeitura de Paranaguá; e (três da Gazeta do Povo (uma delas retirada do site do Ministério Público).



Conforme colocado acima, apesar de uma das matérias ter sido encontrada apenas no *site* do Ministério Público, sua autoria é creditada à Gazeta do Povo, portanto, é desta forma que se considera no gráfico. Autor: Fernanda Nogas

Sobre a autoria das matérias, é válido mencionar que apenas as publicações da *Gazeta do Povo* indicavam o jornalista responsável (Carlos Ohara). As demais não indicavam o autor.

4.2.2 - Características do meio Internet

Em relação à estrutura, as notícias de Internet comumente caracterizam-se por textos curtos, diretos, em pequenos blocos, por uma diagramação dinâmica e pela complementação da informação por recursos de multimídia. Entretanto, segundo avaliado, nas notícias do Embocuí também não ocorre dessa forma.

Primeiramente, a estrutura de texto se assemelha muito ao publicado no meio impresso. Há pouca diferenciação em relação à formatação, inclusive pelo fato de os textos serem predominantemente longos, não adaptados ao meio virtual. Da mesma forma que no impresso, o traço comum é da amplitude: os textos abordam diferentes

aspectos, mas também se limitando apenas a citá-los. Por fim, foi notado pouco uso de recursos extras que trouxessem dinamismo à diagramação. No geral, não há um *link* para as "fotos da matéria". Também não há disponível recurso de interatividade para que o leitor busque um acesso para arquivos de entrevista de áudio ou vídeo, um *link* para outro site com informações adicionais (sobre o Embocuí ou o problema do lixo em geral, por exemplo). Não foi explorada ainda a possibilidade de um espaço para deixar comentários sobre a matéria ou para formar um fórum de discussão entre os leitores.

A exceção foi a página da *Agência de Notícias do Estado*. O site – possivelmente por sua característica de meio de sugestão de pautas para a imprensa – apresenta recursos como arquivo de fotos e de vídeos, que podem ser acessados por abas no topo da página. Além disso, é possível fazer o *download* do texto da matéria em formato *Word* (programa do pacote *Microsoft Office*) a partir de um *link* na parte inferior da página.



Imagem da página da Agência de Notícias do Estado, onde foi publicada a matéria sobre o lixo do Embocuí em 05/03/2007. No destaque em vermelho, as abas onde podem ser encontrados recursos extras, como imagens e vídeos de matérias publicadas. Acesso: 14/06/2009.

Excetuando o exemplo da Agência de Notícias, o que há de interatividade ou uso de recursos extras nas páginas analisadas se limita a *links* para a comunicação de erros encontrados pelo leitor ou acesso a matérias relacionadas publicadas dentro do mesmo *site* (como visto da página da *Gazeta do Povo*, abaixo, com *links* destacados em vermelho).

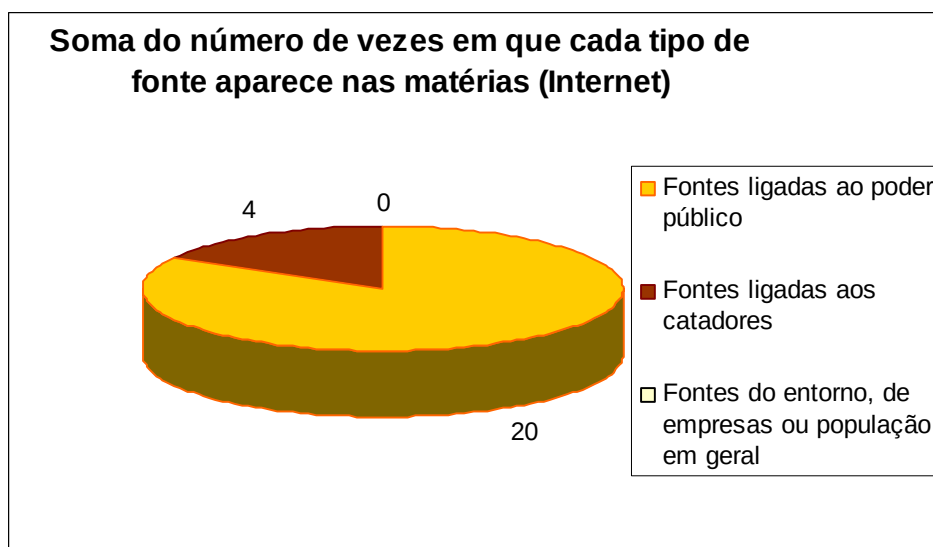


Imagem da página da Gazeta do Povo, onde foi publicada a matéria sobre o lixão do Embocuí de 05/02/2008. Nos destaques em vermelho, os dois únicos recursos de interatividade apresentados. Acesso: 14/06/2009.

4.2.3 - A diversidade das fontes

Nas matérias do meio virtual, as fontes predominantes também são as ligadas ao poder público, o que pode ser explicado pelo fato de a maioria das publicações analisadas se originarem nesta esfera (*site* da prefeitura de Paranaguá, da Agência Estadual de Notícias etc.). Em apenas uma das matérias os catadores do Embocuí ganham voz – matéria veiculada pelo Ministério Público e creditada à *Gazeta do Povo* (não encontrada nos arquivos do jornal). De qualquer forma, o meio ambiente continua longe do foco central da maioria das matérias.

O gráfico abaixo mostra a soma do número de vezes em que cada tipo de fonte apareceu nas matérias. No total, fontes ligadas ao poder público aparecem 20 vezes com declarações nos textos. Fontes ligadas aos catadores são vistas apenas quatro vezes, concentradas em uma única matéria. Como no caso dos impressos, fontes relacionadas à população em geral ou do entorno e a empresas não foram consultadas.



Autor: Fernanda Nogas

A matéria que apresenta declarações dos catadores foi publicada no *site* do Ministério Público, onde aparece creditada à *Gazeta do Povo*. Apesar disso, ela não consta nos arquivos do portal do jornal na Internet. Mais adiante, a matéria será

analisada de forma detalhada. Neste momento, porém, é fundamental destacar que ela foi a mais próxima de uma hierarquização que prioriza a população – aqui, representada pela figura do catador – e sua realidade.

No campo oposto, podem ser citadas duas matérias que contaram com grande número de fontes oficiais (quatro em cada matéria), uma delas publicada no *site* da prefeitura de Paranaguá (texto logo abaixo) e outra no *site* da *Gazeta do Povo* (texto na sequência).

O principal tema da reunião extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente realizada, na semana passada, foi o lixão do Embocuí. Na oportunidade foi pedido aos membros da entidade empenho total para resolver o problema e iniciar a construção do Aterro Sanitário, que vai ser instalado numa área que está sendo desapropriada no distrito de Alexandra. A Petrobras disponibilizou R\$ 2 milhões para construção do empreendimento, que vai trazer um grande ganho ambiental para Paranaguá.

A reunião contou com a presença de representantes das secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e de Urbanismo, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (Aciap) e da Federação das Colônias de Pescadores do Paraná. “O lixão do Embocuí é um mal necessário, enquanto não for aberto o Aterro Sanitário. A Prefeitura está fazendo a sua parte para ver a questão do pessoal que trabalha no lixão”, salientou o secretário municipal de Meio Ambiente, Paulo Emmanuel Nascimento, recentemente reconduzido ao cargo, e que preside o Conselho.

A Prefeitura está cumprindo tudo o que foi acordado no Termo de Ajuste de Conduta (TAC). A área do lixão do Embocuí foi isolada e estão sendo construídas valas para o chorume produzido pela decomposição dos dejetos e cobertura do material. O diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), professor Nicolau Obladen, falou de dificuldades encontradas. “A falta de argila para cobrir o lixo foi uma delas. A solução definitiva, para a erradicação dos catadores dentro do lixão, está mesmo na construção do Aterro, para resolver a questão social”, salientou Obladen.

Para o presidente da Câmara Setorial de Meio Ambiente da Aciap, Eloir Martins, o problema do lixão do Embocuí, que se arrasta há 30 anos, deve ser resolvido o mais rápido possível. “Temos emergência nisso. Essa é uma responsabilidade não só da Prefeitura, mas para todos os órgãos

que estão envolvidos nesse processo, como o IAP, a Suderhsa (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) e o Ministério Público, que podem agilizar a aprovação disso. Não se trata de culpar ninguém, mas sim de unir esforços”, salientou o dirigente.

Segundo Sebastião Garcia, do IAP, o caminho para o início do funcionamento do Aterro Sanitário é a agilização do processo de licenciamento. “Queremos que todo mundo saiba que não é só a Prefeitura a responsável pelo problema do lixão. Todo mundo tem responsabilidade. E tudo tem que ser tratado de forma emergencial”, salientou. A coleta seletiva solidária também foi discutida pelos membros do Conselho durante a reunião. Ficou decidido que uma campanha será iniciada em breve para aumentar o número de separação do lixo reciclável na própria casa do cidadão, como forma de diminuir a entrada de lixo reciclável no lixão do Embocuí, e, por consequência, a não permanência de pessoas em seu interior. (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 03/10/2008. Acesso: 14/06/2009).

Na matéria acima, publicada pela prefeitura, é clara a forma como as declarações das fontes consultadas são utilizadas para “validar” a informação de que a prefeitura está trabalhando pela desativação do lixão. Apesar das várias citações, nenhuma coloca ações práticas, prazos ou menciona o prejuízo para a cidade e a população enquanto o lixão continuar a existir. Também não especifica as condições reais do lixão – que configura um dos piores exemplos de deposição de lixo do Estado, obviamente porque é uma informação cuja divulgação não traz qualquer benefício à prefeitura. A matéria se baseia apenas em informações oficiais e trata o problema do lixão como se ele resultasse e se resumisse à presença dos catadores. Estes trabalhadores são citados ao fim do segundo, do terceiro e do quinto (e último) parágrafos.

Primeiramente, é dito que “A Prefeitura está fazendo a sua parte para ver a questão do pessoal que trabalha no lixão”, sem dizer que questões são essas ou que de fato é feito pela prefeitura. Depois, a matéria traz outra declaração que diz que “A solução definitiva, para a erradicação dos catadores dentro do lixão, está mesmo na construção do Aterro”, apontando como o catador é visto pelo poder público parnanguara. A palavra “erradicar” significa o mesmo que destruir ou extinguir, e é

comumente usada – inclusive em campanhas de comunicação – para designar algum tipo de doença. Pela declaração divulgada em matéria da própria prefeitura, além de ser necessário erradicar os catadores, eles representariam o centro do problema do problema existente no lixão. Por fim, na citação que consta no último parágrafo, é apontada a criação de uma campanha pela separação seletiva de resíduos por parte da população, não pela preocupação com a quantidade de lixo que o Embocuí continuará recebendo ou para a redução do desperdício de recursos naturais, mas para gerar “por consequência, a não permanência de pessoas em seu interior”. Nenhuma menção a uma alternativa de renda para os catadores foi mencionada ou programa social de apoio.

Abaixo, a matéria publicada pela *Gazeta do Povo* – portanto, pela imprensa – mas que também teve suas fontes restritas ao meio público.

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) aplicará a partir deste sábado uma multa diária contra o prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, por descumprimento de exigências ambientais para o gerenciamento do lixo na cidade. O valor da multa, que será aplicada contra a pessoa física do prefeito, não foi revelado, mas deverá oscilar entre R\$ 5 mil a R\$ 10 mil por dia, segundo informou ontem, em Guaratuba, o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Rasca Rodrigues.

Além da multa, Baka será denunciado, na semana que vem, pelo promotor Saint-Clair Honorato dos Santos, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná, por expor em perigo a vida ou a saúde de outras pessoas, conforme prevê o artigo 132 do Código Penal. A pena prevista para o crime é de detenção de 3 a 6 meses, de acordo com a interpretação do juiz. “Houve várias reuniões em Paranaguá para sanar o problema do lixão, inclusive à noite, com a presença do prefeito, e é inadmissível que não tenham sido adotadas medidas para a situação”, argumentou ontem o promotor.

Baka Filho será punido, segundo Rodrigues, por não atender às exigências do IAP no gerenciamento do lixo em Paranaguá. Na semana passada, fiscais do IAP realizaram uma vistoria no local conhecido como “lixão do Embocuí”, uma área de 24 alqueires onde são

depositadas aproximadamente 130 toneladas diárias de lixo a céu aberto, e constataram a degradação ambiental que o lugar vem causando na região.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) anunciou ontem a implantação de 11 postos de coleta de resíduos tóxicos em Guaratuba, no litoral do estado. Nestes locais, haverá receptores identificados para depósito de lâmpadas, pilhas, baterias e óleo de cozinha. O município é o primeiro do litoral paranaense a contar com este tipo de coleta.

A solução definitiva para acabar com a degradação ambiental provocada pelo lixão do Embocuí será a implantação do aterro sanitário no município, segundo o prefeito José Baka Filho. “Não podemos simplesmente fechar o lixão agora. Onde iríamos depositar o lixo?”, pergunta. Para o prefeito, o governo deveria acelerar o licenciamento ambiental da obra e usar recursos de um convênio assinado com a Petrobras para construir o aterro. Equipes da Força Verde também sobrevoaram o local e verificaram que o lixão está provocando a contaminação da foz do rio Emboguaçu.

“Foram extrapolados todos os prazos e cessadas as tratativas técnicas”, disse o secretário. “O IAP já autuou a prefeitura anteriormente pelo mesmo problema. Agora a sanção financeira será aplicada ao prefeito, que é responsável pela situação. Se ele demonstrasse interesse em resolver o problema, a situação seria outra.”

O IAP recomendou que a área fosse isolada com cerca e que a prefeitura retirasse famílias que recolhem lixo e moram no local. O órgão ambiental também solicitou que fosse proibido o despejo de resíduos sólidos industriais no lugar. Baka prometeu recorrer. “Isso é uma armação política para me massacrar”, disse. O prefeito diz acreditar que o problema só será sanado com a implantação do aterro sanitário na cidade.

Segundo o secretário de Meio Ambiente de Paranaguá, Paulo Emmanuel do Nascimento, várias medidas foram adotadas para amenizar o impacto ambiental do lixão, entre elas a implantação da coleta seletiva, o atendimento assistencial às famílias do local e a notificação às empresas para não efetuar o despejo na área. “A maior parte do lixo industrial estava sendo despejada pelo porto de Paranaguá, que foi notificado sobre a irregularidade”, afirmou. “Nossa parte, estamos fazendo. Esse cara [referindo-se a Rasca Rodrigues] não sabe o que diz.” (GAZETA DO POVO, 02/02/2008. Acesso: 14/06/2009).

Apesar de a matéria trazer os efeitos do lixo no meio ambiente – como a degradação local e a contaminação do rio Emboguaçu – novamente as informações são apesar citadas em vez de desdobradas. Além disso, toda a matéria se concentra nas disputas da esfera pública. Empresas da região, cidadãos que convivem direta ou indiretamente com o rio Emboguaçu, por exemplo, também não são considerados. Da mesma forma com os catadores, que moram e vivem do lixo do Embocuí. Sua presença foi apenas mencionada na matéria, em três linhas distribuídas dentro dos oito parágrafos do texto.

4.3 – RESULTADO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E ABORDAGEM: AS FALHAS ENCONTRADAS

Nas sociedades industriais de capitalismo maduro, (...) devido à função central dos meios de comunicação de massa, tem ocorrido um aumento da presença de fatias e “pacotes” de realidade que os indivíduos não provam diretamente (...) mas que “vivem” exclusivamente em função ou por meio da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa. (GROSSI, 1983, *apud* WOLF, 2008, p. 145).

A indústria da informação influencia hábitos e comportamentos. Em função disso, a reprodução da mídia sobre os assuntos que interessam à sociedade precisa ser o mais fiel e, ao mesmo tempo, o mais completa possível, apresentando não apenas o recorte da realidade, mas seu contexto e desdobramentos, para que ajude o leitor estruturar a imagem social da forma mais correspondente possível ao real.

Segundo MCQUAIL (1983) *apud* WOLF (2008), os meios de comunicação desenvolvem atividades-chave para a produção, reprodução e distribuição de conhecimento, e para a reflexão sobre o futuro e o presente. Como destaca VILAS BOAS (2004), é fundamental que a cobertura contemple os problemas ambientais urbanos do ponto de vista das políticas públicas, adotando um enfoque mais esclarecedor e orientador das ações do público. No caso do jornalismo que trata do

meio ambiente, independentemente de ser especializado ou não, também é primordial que leve o leitor à reflexão não apenas como membro da sociedade, mas como agente produtor e multiplicador desse lixo.

Na análise feita nas matérias publicadas em jornais impressos e na Internet sobre o lixão do Embocuí, a constatação é de que há pouco ou nenhum aprofundamento no tema, não trazendo nexos que permitam ao público refletir. Em primeiro lugar, não é explicada ao leitor a relação entre o problema do lixo e o seu dia-a-dia. Não se estabelece comparações, por exemplo, com a quantidade total de lixo produzida em Paranaguá, ou na capital, Curitiba. O leitor não sabe se as 130 toneladas diárias de lixo despejado no local são um volume acima ou abaixo do comum em outras cidades, não estabelece relação o volume depositado e o aumento da produção de resíduos ocorrida dentro da própria sociedade. Também não envolve a população no problema, seja por meio do incentivo à redução no consumo de descartáveis, à separação para a coleta seletiva ou informando quais são as obrigações do poder público em relação ao problema e quais as formas de fiscalizá-lo.

Outro aspecto fundamental, e que não é aprofundado, é o ambiental. Não é possível dizer que os responsáveis pelas matérias tiveram intenção de dar visibilidade ao meio ambiente nos textos produzidos, apesar de ser uma necessidade social e premente dentro da profissão jornalística.

De forma geral, as matérias citam a quantidade de lixo depositada no Embocuí, os materiais que o compõem, falam da existência do chorume, e que ele polui lençóis freáticos e a Baía de Paranaguá. Entretanto, em momento nenhum é explicado que o lençol freático é uma importante fonte de água doce para aproveitamento humano sendo, em muitos casos, a principal fonte dela; não cita se rios podem ser afetados com a contaminação do lençol freático ou que parcela da população pode ser primeiramente prejudicada. Não esclarece que a Baía de Paranaguá é, por exemplo, região de pesca, e que o chorume que penetra o solo do Embocuí contamina também peixes e outros seres marinhos da região – alguns usados na alimentação humana. Não aborda o contraste de o lixão – uma das situações mais graves de deposição de lixo no Estado – estar localizado em uma cidade importante turisticamente, que atrai visitantes por suas

características e belezas ambientais. Não apresenta as possíveis consequências para a região pelos mais de trinta anos recebendo resíduos, não explica se é possível recuperar a área após a desativação do Embocuí, quais as perdas reais para o meio ambiente, se a recuperação do lugar é uma ação prevista pelas políticas públicas, como será feita e a ligação desses fatores ao dia-a-dia da população. Por fim, é fundamental destacar o reduzido número de publicações frente ao volume de problemas gerado pela existência do Embocuí.

É possível apontar que a falta do aprofundamento se dê em função, primeiramente, dos procedimentos rotineiros de busca por informações que vão compor a notícia. “Na enorme maioria dos casos, trata-se de materiais produzidos em outro lugar, que a redação se limita a receber e a reestruturar em conformidade com os valores/notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio” (WOLF, 2008, p. 228). Isso faz com que se desestime o hábito da investigação dentro da rotina jornalística, e que o profissional se guie pelas informações que já possui, apenas adaptando-as para complementar o fato que deu origem à notícia. Em segundo, não há aprofundamento pela própria falta de compromisso com o tema meio ambiente ainda predominante nos veículos de comunicação.

Apesar de todos os dias, na própria imprensa, as tendências de mercado apontarem para consumidores mais conscientes, que optam por empresas e produtos que valorizam aspectos ambientais, e de pesquisas no meio empresarial (eu mesma participei da aplicação uma grande quantidade delas) revelarem um interesse crescente de indivíduos sobre questões ambientais – especialmente ligadas à região onde vivem – a imprensa local parece estar desconectada dessa demanda, destinando espaço reduzido aos temas ambientais e criando uma imagem de desinteresse por parte do leitor que não corresponde à realidade. Os procedimentos tradicionais da escolha da notícia confirmam certo grau de

“isolamento da realidade, de falta de interesse em saber como é feita realmente a audiência, algum elemento de profecia que se auto-realiza, e, às vezes, a intenção de controlar o público para adaptá-lo à imagem que o comunicador tem dele. (...) (Os comunicadores) fazem isso de

modo mais autístico, sem muita referência ao outro, e tendem a cair nos estereótipos". MCQUAIL, 1983, *apud* WOLF, 2008, p. 129.

Como último ponto, e apesar de não ser o foco deste trabalho, vale salientar também o pouco espaço reservado aos aspectos humanos ligados ao lixão. As 15 matérias analisadas dão pouco ou nenhum *destaque* ao fato de pessoas sobreviverem do lixo em um município com bom desenvolvimento econômico, como é o caso de Paranaguá. Não evidencia o fato de pessoas habitarem o local – algumas famílias já na terceira geração – não aponta a que doenças adultos e crianças estão expostos, nem o fato de haver trabalho infantil no local. Uma das distorções principais, porém, é não abordar o problema do ponto de vista dos maiores envolvidos na questão: os catadores. Nenhuma das matérias caracteriza este indivíduo como um profissional da reciclagem ou coloca suas percepções acerca do lixo e o próprio Embocuí – que, como já destacado anteriormente, é oposta à visão da sociedade. As matérias em geral não dão voz ao catador, não evidenciam suas reivindicações, não o colocam como “fonte” sobre o assunto. Declinando da obrigação de abordar também esta fonte, o jornalismo, seja impresso ou eletrônico, contribui para a solidificação de preconceitos e imagens estereotipadas ou distorcidas deste ator social.

Para fechar este capítulo, é importante trazer a matéria – que teve origem na Internet – que pode ser considerada a mais próxima do ideal em termos de pluralidade, aprofundamento e destaque a aspectos ambientais: “A luta por comida no lixão do Embocuí”. A matéria, como mencionado anteriormente, é creditada ao jornalista Carlos Ohara, da *Gazeta do Povo* (o próprio nome do jornal é citado dentro da matéria), mas foi encontrada no portal do diário, apenas no *site* do Ministério Público do Paraná.

O contraste é aterrador. A bela e verde paisagem do morro conhecido como Gigante Deitado, que compõe a Mata Atlântica em Paranaguá, no litoral do estado, emoldura uma cena repugnante, na qual centenas de pessoas disputam restos de alimentos e detritos entre si, com ratos e urubus. Cerca de 130 toneladas de lixo produzidas na cidade são despejadas todos os dias no lixão do Embocuí, apontado pelo governo do estado como “a maior chaga ambiental existente no Paraná”.

O lixão a céu aberto está ativo há 35 anos e ocupa uma área de 24 alqueires na Vila Santa Maria, sem tratamento adequado e causando degradação ambiental em mananciais da região. Quase 300 pessoas sobrevivem com a retirada do lixo depositado ali.

Na manhã de sábado de carnaval, a reportagem da Gazeta do Povo visitou a área. Não havia qualquer fiscalização para o acesso. Para conseguir chegar até a área central do lixão, a reportagem percorreu quase 600 metros em meio ao lamaçal, impregnado pelo chorume – líquido escuro gerado pela degradação dos resíduos no lixo –, que exala um odor fétido e nauseante.

É neste cenário que pessoas como Marlene Aparecida Fernandes da Silva, 31 anos, trabalham em jornadas de até dez horas por dia. Semi-analfabeta, há 15 anos ela corre diariamente atrás dos caminhões que chegam ao local para separar sua cota de detritos e "garimpá-la". A tarefa é feita junto com o marido, Vilson Santana, 41 anos. Com três filhos pequenos, o casal consegue separar em média 120 quilos de lixo, vendidos ali mesmo para compradores de materiais recicláveis. A renda mensal da família não ultrapassa R\$ 250.

Vilson conta que, para "garimpar" o lixo, homens e mulheres correm atrás dos caminhões que chegam. Na disputa durante o descarregamento, a violência é comum. "Agora mesmo, dois caras acabaram trocando socos e pontapés e rolaram no lixo", afirma. Depois de conquistado o lixo, os catadores separam seus montes e iniciam a "garimpagem".

Segundo o catador, quando há despejo de farelo ou grãos em meio a varreduras no Porto de Paranaguá, todos ficam felizes "A gente separa e vende o saco de 60 quilos por R\$ 7 e dá para levar para casa, no caso da soja, e fazer uma 'mistura' para a comida." Quando são despejados os grãos, o casal consegue apenas o "resto do resto". Quando há grãos em grande quantidade na varredura, os caminhoneiros vendem a carga antes de chegar ao lixão. Mesmo assim, Marlene reclama que há vários dias os caminhões que trazem os grãos não aparecem mais.

"Todo mundo come aqui mesmo, no meio dos urubus. Tem um monte de alimento que é retirado do lixo, e os grãos da varredura. Só que tem que dividir com os ratos", afirma um dos catadores, que prefere não revelar o nome.

Ivani Alves, 54 anos, a "Baiana", como é conhecida, revira o lixo com as mãos, sem o uso de luvas. Há 18 anos no trabalho, ela diz que nunca se feriu. "Quem se machuca é porque não sabe trabalhar", afirma. Ivani sustenta três filhas, já maiores e desempregadas, e um neto de 5 anos com o que consegue retirar do lixo, mas não sabe dizer quanto rende o trabalho. "Dá para pagar luz, água e comer pelo menos o arroz todo dia", resume.

Sem apoio, sem nome - Os catadores dizem que não recebem qualquer assistência de órgãos governamentais. "A última vez que o pessoal do governo esteve aqui (ele não sabe precisar se eram membros da Guarda Municipal ou da Força Verde) foi para pedir que retirássemos os animais, porque viria um pessoal para filmar", diz Vilson Santana. "Nem na eleição aparece alguém. Só o pessoal da Pastoral da Criança é que vem de vez em quando e distribui cestas básicas."

A maior parte dos que trabalham no lixão não tem documentos e não vota em Paranaguá. Alguns já se esqueceram até mesmo do próprio nome. "Porquinho", "Catatau", "Gaúcho" e "Ceará" são alguns dos apelidos que identificam os esquecidos do lixão do Embocuí. Acesso e despejo não têm controle.

Diferentemente do que foi informado pela prefeitura de Paranaguá, ninguém fiscaliza o acesso de caminhões e pessoas ao lixão do Embocuí. Na sexta-feira, o secretário de Meio Ambiente de Paranaguá, Paulo Nascimento, e o prefeito José Baka Filho disseram que várias medidas foram adotadas para amenizar o impacto causado pelo lixão. Eles citaram a coleta seletiva do lixo e o atendimento assistencial às famílias do local. Empresas também teriam sido notificadas, para não jogar resíduos no lixão.

A reportagem da Gazeta do Povo permaneceu no local por cerca de três horas no sábado, e durante este período nove caminhões entraram na área para despejar lixo. Cachorros, cavalos, ratos e urubus dividem espaço com os catadores. Um comerciante conta que descarrega no lixão ossos e alimentos com prazo de validade vencido, imediatamente consumidos pelos catadores. Prefeito é multado em R\$ 5 mil por dia

Desde o último sábado, o prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, e a prefeitura do município estão sendo multados em R\$ 5 mil cada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. As multas, que somadas atingem R\$ 10 mil, são diárias e serão aplicadas enquanto o prefeito não adotar medidas para controlar o acesso de caminhões e pessoas ao lixão do Embocuí. A prefeitura também deverá cercar a área e controlar o material descarregado.

Segundo o IAP, o lixão de Paranaguá é um dos piores exemplos de gerenciamento de lixo do país. No Paraná, apenas o lixão de Guarapuava, na região Centro-Sul do estado, apresenta situação similar. O IAP vem multando prefeitos desde 2006, para evitar que o ocupante do poder deixe a dívida para seus sucessores. De acordo com o secretário de estado do Meio Ambiente,

Rasca Rodrigues, nenhuma multa foi paga até agora. "Todos recorreram na Justiça e os processos estão em fase de tramitação judicial", disse.

Durante a semana, Baka será indiciado pelo procurador Saint-Clair Honorato Santos, do centro de apoio às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, do Ministério Público do Paraná, por expor ao risco a vida e a saúde das pessoas, com base no artigo 132 do Código Penal. A pena prevista é de detenção de três a seis meses.

Baka adianta que vai recorrer da multa. Ele diz que a coleta seletiva de lixo foi implantada no ano passado. O IAP afirma que a coleta está sendo realizada somente na área central da cidade, e por pressão do Ministério Público. "Como esse, vários pontos acordados não foram cumpridos pelo prefeito", diz Rasca Rodrigues. (GAZETA DO POVO, 13/10/2008).

Apesar de usar adjetivações e outros padrões estranhos ao jornalismo, a matéria coloca o problema do lixo pelos pontos de vista humano e ambiental. No texto, é possível ao leitor "entrar" no lixo junto com a equipe de jornalistas, "conhecer" a realidade do local e entender a dinâmica que envolve os trabalhadores da reciclagem e a catação de resíduos. Os aspectos humanos e ambientais permeiam toda a matéria, permitindo ao leitor refletir sobre o problema do lixo do ponto de vista da degradação ambiental, humana e sobre seu próprio papel na geração do lixo. A matéria foi acessada de 14/06/2006 e retirada do site do Ministério Público, no endereço: <http://200.189.113.39/mppr/noticiamp.nsf/9401e882a180c9bc03256d790046d022/fabfaee35982e9cd832573e700695db8?OpenDocument>.

Por fim, é possível destacar a diferença *qualitativa* de um texto cujo autor esteve de fato no local abordado e conversou com seus personagens, em vez de se limitar uma matéria produzida sem sair da redação do jornal, com informações já pré-formatadas e escritas. É clara a aproximação entre este produto final e aquilo que de fato se espera da imprensa: um jornalismo mais rico em abordagem, pluralidade e conteúdo.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado com o objetivo de analisar o conteúdo das matérias publicadas no Paraná sobre o lixão do Embocuí; detectar aspectos e abordagens do tema trabalhados pela imprensa; destacar como a imprensa poderia contribuir para dar a visibilidade adequada ao tema ambiental e seus desdobramentos; e contribuir para a reflexão acerca de temas como a produção crescente de resíduos sólidos, a figura do catador e seu papel como agente da reciclagem e como ele é visto perante a sociedade.

A cuidadosa leitura das matérias publicadas em impressos e Internet sobre o lixão do Embocuí trouxe como conclusão o fato de que o material disponível está aquém do desempenho esperado tanto da imprensa quando das fontes de notícias ou do poder público, independentemente do meio analisado.

Em primeiro lugar, não existe jornalismo ambiental nos veículos paranaenses. Nas matérias impressas e de Internet avaliadas, o meio ambiente em si foi o que menos teve relevo. Ficou claro que o foco central das publicações eram as questões políticas inerentes – algo comum ao perfil da imprensa paranaense, historicamente ligada a questões políticas. No caso das publicações de órgãos públicos ou mesmo da Agência de Notícias estadual, este atrelamento ficou, por motivos óbvios, ainda mais evidente.

Independentemente dessas questões, o Embocuí (e, portanto, o meio ambiente) fazia parte das matérias. Ainda assim, não houve a inserção de informações que poderiam dar ao leitor conhecimento e aptidão para discutir o problema, compreender como ele afeta seu dia-a-dia, entender que consequências traz para sua cidade e região. Não foram estabelecidos nexos entre as questões ambientais em si, nem de forma interdisciplinar, mostrando ao leitor que motivos (sejam sociais, políticos ou econômicos) fazem com que a questão do lixão Embocuí perdure. Embora as questões ambientais permeiem a rotina da população e venham ganhando destaque em diferentes setores da sociedade, o meio ambiente ainda não é tratado como um assunto que tem o peso de uma editoria de economia ou de política, por exemplo, mesmo interferindo tanto quanto na vida do cidadão.

Outro aspecto a destacar é que, diferentemente do esperado de meios que se propõem à informação, as matérias não *envolvem* o leitor no problema do lixo nem apontam formas de fiscalizar ou ficar a par das obrigações do poder público quanto ao assunto, passando a sensação de que estar informado já significa *tomar alguma atitude*. Não há relação entre a realidade dos lixões e aterros e o consumismo excessivo ou a geração exponencial de lixo dentro da própria sociedade. Também não houve qualquer tipo de incentivo à sensibilização, apesar da reconhecida força que a imprensa possui como transformadora de hábitos sociais (como constatado pelo exemplo de Curitiba, onde a administração criou novos hábitos em relação ao lixo na população, utilizando para isso uma maciça campanha de comunicação, além do apoio da imprensa).

Outra conclusão é a de que o jornalismo que deu origem às matérias analisadas não mostrou pluralidade – uma das premissas da atividade – limitando-se a reproduzir declarações de fontes oficiais e não buscando contraponto em outros envolvidos, sejam catadores do lixão ou membros da comunidade parnanguara. Exceto no caso da matéria publicada no *site* do Ministério Público, creditada à *Gazeta do Povo* – que, apesar de adjetivações e juízos de valor, foi a que mais se aproximou de uma matéria aprofundada – em geral, a estruturação das notícias se limitou a fórmulas simples, conteúdos unilaterais, predominantemente políticos, pouco investigativos e ainda menos preocupados com as questões de meio ambiente. As informações que chegaram ao leitor por meio dessas matérias, além de escassas, foram superficiais, não permitindo desdobrar as questões do lixão e provocando a invisibilidade das fontes consideradas não-oficiais.

Por fim, em nenhum dos dois exemplos (impresso e Internet), as possibilidades estruturais dos meios foram utilizadas para promover um jornalismo de qualidade, mesmo que independente da questão ambiental. No caso do impresso, o aprofundamento foi substituído pela amplitude – os aspectos apareciam, mas apenas citados. E no caso da Internet, além de o texto não ir além do senso comum (exceto o exemplo citado no parágrafo acima), nenhum dos recursos que permitem ao leitor

internauta interagir ou completar seu conhecimento no assunto foram utilizados (exceto no *site* da Agência de Notícias do Estado).

É fundamental que a própria imprensa, por um lado, saia das redações e se disponha a conhecer *in loco* a realidade ou fato que pretende retratar. Por outro, que se permita criticar o trabalho realizado, especialmente quando envolve de alguma forma o meio ambiente, tema que ainda ganha pouco espaço nos veículos, mas que interfere em várias esferas da vida em sociedade. É imprescindível que o jornalismo se aperfeiçoe e que abra espaço às editorias especializadas em meio ambiente. A cobertura atual, muitas vezes de conteúdo parco e insuficiente, precisa caminhar para uma cobertura completa, onde o ambiente seja colocado no centro da questão.

Como último ponto, é fundamental lançar um “olhar além da pesquisa” e fazer uma reflexão sobre a mudança de significado adquirida pelo lixo, especialmente na última década – que foi elevado à categoria de “matéria-prima com valor comercial”. Não é possível encarar a questão da geração de resíduos como se fosse algo positivo, como se o consumo de descartáveis fosse uma *contribuição*, ou se eximir da responsabilidade social pelo consumo e excessivo e consequente geração de resíduos, apenas pela possibilidade de que ele possa ser reaproveitado. Lixo precisa ser encarado como lixo: algo que terá uma deposição final e que, quanto mais existir em volume, mais contribuirá para expirar a vida útil de lixões e aterros, e para a exploração (e desperdício) de recursos naturais. A responsabilidade precisa existir muito além da destinação dos resíduos; precisa se focar na *redução*; em um movimento contrário da sociedade, em que o reutilizável volte a ser predominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania – estratégias para a ação**. Brasília: Caixa, 2001.

BOURDEIU, Pierre. **Sobre a televisão**; tradução, Maria Lucia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOSI, Caroline; SANTIN, Karla. **Manual teórico metodológico sobre livro-reportagem**. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

CERDEIRA, Paulo Cezar Rizzo. **A percepção do lixo na perspectiva de diferentes atores sociais no ambiente urbano de Paranaguá**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

COELHO, Luciano. **Papel de Catadores**. Curitiba: 2003. Um vídeo-disco (55 min.): color.

COUTINHO, Eduardo. **Boca de Lixo**. Rio de Janeiro: 1992. Um vídeo-disco (48 min.): color.

CRUZ, Sueli Elizabeth Westarb. **Intervenção Sócio-ambiental no Lixão do Embocó**. 2005. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação). Uniandrade, Curitiba.

FARO, José Salvador. **A Imprensa brasileira e a revista Realidade**. Disponível em: <www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/14gt/José%20S.rtf>. Acesso em: 26 mai. 2009.

FURTADO, Jorge. **Ilha das Flores**. Porto Alegre: 1989. Um vídeo-disco (12 min.): color.

GENTILLI, Victor. **O jornalismo brasileiro nos anos 70**. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1517.html>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

GORE, Al. **Uma verdade Inconveniente (An Inconvenient Truth)**. EUA: 2006. Um vídeo-disco (100 min.): color.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, Myrian Regina Del Vecchio de. **Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento: elementos para a compreensão do papel da informação na**

gestão do lixo em Curitiba. 2002. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LIMA-E-SIVA, PP de et al (Orgs.). **Dicionário brasileiro de ciências ambientais.** Rio de Janeiro: Thex, 1999.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MATTELARD, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação.** Edições Loyola, 2000.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende e MACÊDO, Kátia Barbosa. **Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver.** Disponível em: <www.rbhdr.net/022007/artigo4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2009.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA FILHA, Elza. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/midia/elzaaparecidadeoliveirafilha.doc>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

PIGNATARI, Décio. **Informação. Linguagem. Comunicação.** Ateliê Editorial, 2003.

PRADO, Marcos. **Estamira.** Rio de Janeiro: 2004. Um vídeo-disco (116 min.): color.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica?** Brasiliense, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** Unisinos, 2001.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21.** Autores Associados, 2005.

VÁRIOS. **Manual de Redação: Folha de São Paulo.** São Paulo: Publifolha, 2001.

VILAS BOAS, Sergio. **Formação e informação ambiental – jornalismo para iniciados e leigos.** Editora Summus, 2004.

WARTH, Anne e JASPER, Fernando. **Daqui, a gente não sai! Histórias da Vila das Torres.** Não publicado, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ **Cartilha de formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)**. São Paulo: Setor de Comunicação MNCR, 2005.

Sites consultados na Internet

www.ibge.org.br (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

www.iap.org.br (Instituto Ambiental do Paraná)

www.sema.pr.gov.br (Secretaria de Meio Ambiente do Paraná)

www.mnrc.org.br (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis)

www.who.int (Site da Organização Mundial da Saúde)

www.mte.gov.br (Site do Ministério do Trabalho e Emprego)

www.ablp.org.br (Site da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública)

www.paranagua.pr.gov.br (Site da Prefeitura de Paranaguá)

www.pr.gov.br (Site do Governo do Estado do Paraná)

www.parana-online.com.br (Portal do jornal O Estado do Paraná)

www.gazetadopovo.com.br (Portal do jornal Gazeta do Povo)

<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br> (Site da Agência Estadual de Notícias)

www.mp.pr.gov.br (Site do Ministério Público do Paraná)

www.observatoriodaimprensa.com.br

www.webjornalismo.com

www.jornalistasdaweb.com.br

www.lixo.com.br

www.prensaescrita.com

www.cavo.com.br

www.itaipu.gov.br

www.acnielsen.com.br

<http://searchenginewatch.com>

ANEXO I

Fotos



Legenda: Infância no lixo. Brinquedo encontrado no Embocuí.

Muitas pessoas tiram do lixo objetos e utensílios que levam para o uso doméstico.

Entre eles, os brinquedos.

Crédito: Élide Oliveira.



Legenda: Cão que vive dentro do lixão.

Há uma grande quantidade de animais dentro do lixão, entre eles: aves, porcos, cavalos e, como visto acima, cachorros.

Crédito: Élida Oliveira.



Legenda: Catadores revirando o lixo em busca de matéria reciclável para vender e garantir seu sustento.

Entre os trabalhadores há homens e mulheres de todas as idades, inclusive idosos. Há também crianças, que muitas vezes trocam a escola pela atividade de catação. Crédito: Élica Oliveira.



Legenda: Em junho de 2009, toneladas de lixo ainda são depositadas no lixão do Embocuí, contaminando o solo e atraindo, além de insetos transmissores de doenças, uma infinidade de urubus.

Crédito: Élida Oliveira.